

Novembro 2020

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	5
1.1 Kwenda distribui 240 milhões de orçamento de 268 mil milhões	5
1.2 País perde quase 200 mil empregos formais e sector Informal dispara	5
1.3 30 Cooperativas já operam em municípios de Luanda	6
1.4 Assistência Kwenda larga 240 milhões Kz para 30 mil famílias	7
1.5 Cadastramento é feito casa a casa com a selecção das famílias	8
1.6 Luanda Famílias disputam contentores de lixo para sobre viver	8
1.7 Queda no poder de compra e subida na cesta básica	10
2. MICROFINANÇAS	11
2.1 BNA aperta cerco a casas de câmbio e sociedades de microcrédito	11
2.2 Só 8 em cada 100 projectos do PRODESI têm financiamento	11
2.3 Mais de 200 jovens empreendedores receberam micro-crédito	12
2.4 PAC representa 4% do crédito desembolsado pela banca	13
3. MERCADO INFORMAL	15
3.1 Crime Falsos taxistas «terrorizam» passageiros nascidade de Luanda	15
3.2 País perde quase 200 mil empregos formais e sector Informal dispara	16
3.3 Administrador não confirma privatização	17
3.4 Briga Privatização do Mercado do KM 30 volta a gerar conflitos	17
3.5 Luanda Famílias disputam contentores de lixo para sobre viver	18
3.6 Estado aperta o cerco para reduzir o dinheiro no mercado imformal	19
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	21
4.1 O orçamento programa no OGE/21	21
4.2 Obras passam de 44,7 para 19 milhões USD entr decreto de junho e a verba inscrita no OGE 2021	22
4.3 O orçamento programa no OGE/21	23
4.4 Municípios consomem mais de 2mil milhões de Kwanzas	25
4.5 Estradas, mobilidade urbana em Luanda e centrais fotovoltaicas são prioridades para 2021	25
4.6 PR autoriza crédito de 25 milhões Kz para Casa de Segurança	27
4.7 Agronegócio exige acções concretas, sem demagogia!	27
4.8 Estado já vai gastar mais em juros da dívida do que em salários da função pública	28
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	30
5.1 Participação nos munuipios, dilemas avanços erecuos (I)	30
5.2 Deputados dão mais um passo no sentido das autarquias	30
5.3 Participação nos municípios dilemas, avanços e recuos (II)	31
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	33
6.1 800 moradias da Centralidade estão destinadas à juventude	33
6.2 Fomento e apoio ao acesso habitacional	33

6.3	Dezena de ex-militares recebem casa sociais	34
6.4	FFH 'esconde' valor das dívidas dos moradores das casas	35
6.5	Irregularidades no mercado imobiliário angolano	36
6.6	Jefran procura soluções de quesitos com os seus clientes	37
6.7	Fundo imobiliário do BE quer arrecadar 25 mil milhões Kz	38
6.8	Habitação	39
6.9	FFH `esconde `valor das dívidas dos moradores das casas	39
7.	TERRA	42
7.1	Administrador não confirma privatização	42
7.2	Briga Privatização do Mercado do KM 30 volta a gerar conflitos	42
7.3	EGTI Legaliza terra para empreender	43
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	45
8.1	Amontoados de lixo "aprisionam" ruas do Cazenga	45
8.2	Luanda Famílias disputam contentores de lixo para sobre viver	45
8.3	Subsector de Águas	47
8.4	Energia e Águas tem mais 171,8 mil milhões de kwanzas do OGE/2021	47
8.5	Limpeza e saneamento de Luanda vão custar mais de oito mil milhões Kz em 2021	47
9.	GÉNERO E VIOLENCIA	49
9.1	A violência doméstica e a protecção das vítimas	49
10.	AMBIENTE	50
10.1	Chuvas inundam mais de 890 casas em luanda	50
10.2	Vice- PR «medeia» impasse das obras que ameaçam sobrevivência de mangais	50
11.	MINEIRA	51
12.	MIGRAÇÃO	51
13.	INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	51
13.1	Exportações da China crescem ao ritmo mais alto de 19 meses	51

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Kwenda distribui 240 milhões de orçamento de 268 mil milhões

Jornal Expansão

6 De Novembro de 2020

Texto: Telma Van-Dúnem

O Programa Kwenda, que tem como objectivo apoiar famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, já distribuiu 290.955.000 Kz, que corresponde a 440,8 mil USD, a 5.705 famílias, uma ínfima parte dos 420 milhões USD (268 mil milhões Kz) orçamentados para os quatro anos do programa, segundo o especialista de monitoria e análise de dados do Fundo de Apoio Social (FAS), Carlos Barbosa.

Conforme o responsável, desde a implementação do Kwenda mais de 30 mil famílias foram cadastradas e quase 6 mil receberam dois pagamentos trimestrais, com um acumulado de 50 mil Kz por família, tendo sido formados 353 Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS) para ajudar a pôr no terreno este programa de apoio às famílias mais vulneráveis do País.

A meta é chegar ao final do ano com 300 mil famílias cadastradas e envolver cerca de mil ADECOS no auxílio às famílias. "Por outro lado, neste momento, estamos a estabelecer protocolos com organizações não-governamentais, para materializar a estratégia de inclusão produtiva", fez saber aquele responsável.

Carlos Barbosa explica que o pagamento trimestral foi o modelo encontrado para facilitar o processo e evitar que todos os meses se façam pagamentos. Contudo, a gestão dos valores é da responsabilidade das famílias.

"Partimos do princípio de que, apesar de ser um programa essencialmente de combate à pobreza, cada família saiba das suas necessidades e o que deve priorizar. Não obstante essa prerrogativa, os ADECOS têm beneficiado de várias acções de formação sobre literacia financeira no sentido de transmitir esse conhecimento às famílias, ajudando-as a encontrar as melhores formas de gastarem o dinheiro", referiu.

Ao Expansão, Carlos disse que, gradualmente, as famílias vão sendo conectadas a outros serviços, nomeadamente a obtenção de bilhete de identidade,

intermediação de conflitos familiares, entre outros, para reforçar a inclusão social destas famílias, ajudando-as, assim, a sair do círculo vicioso da pobreza.

O especialista ressaltou que o Kwenda está a criar Centros de Acção Social Integrados, já em funcionamento nos municípios de Cacula e Nzeto, e está a utilizar o Sistema Integrado de Informação de Protecção Social (SIIPS), que filtra toda a informação e tem também o reforço do Cadastro Social Único (CSU), que é uma base de dados onde constam as famílias mais vulneráveis.

A entrega dos valores está ser feita através do cartão multicaixa e via telemóvel, com a Unitel, e pretende-se usar o pagamento em dinheiro e correspondentes bancários, caso seja necessário. O FAS criou ainda um Mecanismo de Participação e Reclamações, que já registou 471 reclamações.

O Programa de Fortalecimento da Protecção Social, Transferências Sociais Monetárias, Kwenda, prevê apoiar em todo o País, 1.608.000 agregados familiares em situação de pobreza e vulnerabilidade, com uma renda trimestral de 25.500 kz.

O Programa começou em Maio e tem a duração de quatro anos, com quatro componentes, nomeadamente, transferências sociais monetárias, inclusão produtiva, municipalização da acção social e reforço do cadastro social único.

O programa de transferências monetárias está na primeira fase de expansão.

A coordenação do KWENDA está a cargo do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e a sua execução compete ao Fundo de Apoio Social, enquanto a coordenação e supervisão institucional é feita pelo Grupo Técnico de Acompanhamento ao Programa de Transferências Sociais Monetárias e Fortalecimento da Protecção Social.

I.2 País perde quase 200 mil empregos formais e sector Informal dispara

Jornal Expansão

6 De Novembro de 2020

Texto: Isabel Costa Bordalo

O País perdeu 200 mil postos de trabalho formais entre Julho e Setembro de 2020, o que agravou a taxa de desemprego em 1,3 pontos percentuais, comparativamente ao segundo trimestre do ano,

fixando-se nos 34,0%, revela o Inquérito ao Emprego em Angola no III Trimestre do Instituto Nacional de Estatística (INE), indicando que os sectores mais abalados foram a educação, actividades artísticas, desportivas e pessoal doméstico.

Estes 200 mil empregos somam-se aos 332.533 postos de trabalho que já tinham sido perdidos entre Abril e Junho, altura em que a actividade económica no País parou parcialmente, por causa das medidas de confinamento impostas pelo estado de emergência, e durante o qual as pessoas se viram impedidas de procurar emprego e, nalguns casos, de trabalhar.

No terceiro trimestre do ano, com o fim do estado de emergência e o regresso das pessoas à procura activa de trabalho, foram criados 361.442 empregos. Mas o número de novos postos de trabalho não foi suficiente para o universo de 832.34 angolanos que se tornaram economicamente activos durante este período. Na prática, o inquérito constata que, com o ingresso de novas pessoas no mercado de trabalho, a população desempregada aumentou 470 mil.

Contas feitas, no segundo trimestre de 2020, houve um aumento de 5,7% na população economicamente activa, que compreende todos os angolanos com 15 ou mais anos, ou seja houve mais 832.340 pessoas a disputar o mercado de trabalho. "Esta variação trimestral resultou do aumento da população empregada (361.442 pessoas) e no aumento da população desempregada (470.898 pessoas)", conclui o INE. A população economicamente activa, foi estimada em 15.321.544 pessoas. Mas destes apenas 10.112.899 tinham emprego, a maioria dos quais com trabalhos informais (79,6%), o que corresponde a um aumento de 3,7% em relação ao número de angolanos empregados no trimestre anterior (9.751.457) e 1,8% em relação ao trimestre homólogo de 2019 (9.931.548).

O Inquérito ao Emprego em Angola do INE também revela um aumento do emprego informal, quer nas zonas urbanas quer nas rurais, o que significa que há mais pessoas a recorrer ao mercado informal para substituir os empregos que se perdem no sector formal. Enquanto no II trimestre do ano do universo de 9.751.457 pessoas empregadas, 76,76%, ou seja 7.485.218 tinham trabalho no sector informal, no III trimestre, o número de pessoas com empregos informais subiu 2,84%. O que quer dizer que dos 10.112.899 angolanos empregados no III trimestre, 8.046.218 trabalhavam no sector informal, o que corresponde a 79,60%. Contas feitas, há mais 561 mil pessoas a trabalhar no mercado de trabalho informal do que no II trimestre do ano e menos 199.558 angolanos a trabalhar no mercado formal, tendo passado de 2.266.239 empregos formais no II

trimestre para 2.066.681 empregos no III trimestre. A taxa de emprego no III trimestre de 2020, altura em que se desanuviaram as medidas de confinamento para conter a pandemia da Covid-19, situou-se nos 59,7%, tendo-se verificado um aumento de 1,3% em relação ao trimestre anterior (58,9%), quando cessou parcialmente a actividade económica, obrigando muitos informais a parar a actividade, e uma diminuição de 2,0% quando comparado com o trimestre homólogo (60,9%).

O inquérito aborda também o impacto da pandemia da Covid-19, ao estimar em 195.287 o número de pessoas empregadas que estiveram ausentes no trabalho mas a receber salário, o que representa cerca de 2% da população empregada. Destes, 30,7% estiveram ausentes entre 0-3 meses e mais de metade (69,3%) por mais de três meses, tendo 68,9% invocado a pandemia da Covid-19 como razão para a ausência. No universo de população ausente ou em teletrabalho, as mulheres foram as mais afectadas (48,9%), os homens menos (30,7%).

Mais de metade da população empregada (55,6%), de acordo com o Inquérito ao Emprego do III trimestre, encontra-se no sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (5.622.774). Segue-se o comércio, com 19,4% (1.959.444). O sector que menos emprega é o das actividades financeiras, imobiliário e de consultoria, com 0,6% (56.441 pessoas).

Em termos de caracterização, a taxa de emprego dos homens (62,2%) excedeu a das mulheres (57,4%), sendo muito superior nas zonas rurais (76,1%) à das zonas urbanas (48,5%). Já o desemprego penaliza sobretudo os mais jovens, entre os 15 e os 24 anos, com uma taxa de 56,4%.

1.3 30 Cooperativas já operam em municípios de Luanda

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2020

Texto: Manuela Gomes

Trinta cooperativas ligadas ao ramo de actividade produtiva, com destaque para a agro-pecuária corte e costura, culinária, arte e ofício e pesca artesanal, começaram a operar este ano, em vários municípios de Luanda.

Para o efeito, 176 pessoas participaram de um Ciclo de Formação para Criação e Formalização de Cooperativas, que decorreu sob o lema "Cooperar é vencer".

Os formandos foram dotados de conhecimentos em matérias ligadas à “Introdução ao cooperativismo”,

“Gestão e liderança”, “Trabalho em equipa, abordagem de género, soluções familiares de poupança” e “Criação de grupos de liderança”.

Ontem, no encerramento da formação, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher afirmou, Faustina Alves, disse que o Executivo está determinado na aposta do crescimento económico, através da diversificação da economia, com o fomento de cooperativas nos vários ramos da actividade produtiva.

Faustina Alves lembrou que o cooperativismo tem sido evidenciado pelo constante crescimento e participação no combate à pobreza e exclusão, e que o associativismo é um sistema económico e social que busca, através das cooperativas, a organização e distribuição de riqueza.

Faustina Alves disse que o ciclo formativo revela a importância de grupos associados em associações que juntas alcançaram os objectivos comuns, beneficiaram dos apoios que o Estado e outros parceiros disponibilizam para o crescimento económico do país.

A ministra destacou o recente surgimento da fábrica de montagem de tractores e a atribuição de 500 tractores a ex-militares provenientes dos acordos de paz, organizados em cooperativas, que vai proporcionar um grande impulso para o desenvolvimento agro-pecuário do país.

Por sua vez, o representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Edo Stork, considerou o empreendedorismo um importante catalisador por meio do qual as mulheres e jovens podem gerar empregos, fazer frente aos desafios enfrentados pelas suas comunidades, impulsionar o crescimento inclusivo, a igualdade de género e o desenvolvimento.

O ciclo formativo é uma parceria entre o Ministério da Economia e Planeamento, por via do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), com apoio do PNUD e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Durante a cerimónia foi feita a entrega simbólica de certificados de participação a 125 mulheres e 51 homens que frequentaram a formação

nas áreas da agropecuária, corte e costura, culinária, artes e ofício, pesca artesanal, processamento de pescado, transformação de produtos alimentares,

produção de sabão e detergente em pó, comércio, prestação de serviço e ambiente.

I.4 Assistência Kwenda larga 240 milhões Kz para 30 mil famílias

Novo Jornal

20 De Novembro de 2020

Texto: Hélder Sebastião

Duzentos e quarenta (240) milhões de kwanzas foram disponibilizados às famílias carenciadas do país, no âmbito do Programa de Transferências Sociais Monetárias, denominado Kwenda, informou ao NJ a directora-geral-adjunta do Fundo de Apoio Social (FAS), Teresa Quivienguele.

De acordo com a responsável, do programa em curso desde Junho deste ano, cada família recebeu uma renda mensal de 8.500.00 kwanzas, tendo numa fase-piloto decorrido em cinco municípios, abrangendo 30 mil agregados familiares e, neste momento, alargou-se para 20 circunscrições, como contribuição à renda familiar, prevendo-se, para breve, a sua extensão, de forma gradual, por todo o País.

O programa, que prevê contemplar 1,6 milhões de famílias, conta com o financiamento de 420 milhões de dólares, sendo um crédito do Estado ao Banco Mundial no valor de 320 milhões de dólares e 100 milhões de dólares provenientes do Tesouro Nacional.

"Estamos a preparar acordos com organizações não-governamentais para começar a financiar acções de inclusão produtiva", afirmou Teresa Quivienguele, para quem "isso significa que vamos fortalecer caixas comunitárias com fundos rotativos, grupos de mulheres e jovens".

Em jeito de balanço, a directora-geral-adjunta do FAS considera "muito positivo", porquanto estão a ser alcançados os objectivos preconizados, respeitando a realidade de cada município e a sua população.

A fase-piloto do Kwenda atingiu os municípios de cacula (Huíla), cambundi Catembo (Malanje), Kuito Kuanavale (Kuangundo-Kubango), N' zeto (Zaire) e Ombadja (cunene).

"A experiência (a primeira no País em larga escala), quer para o Fundo de Apoio Social, quer para as administrações municipais, para os agregados familiares, assim como para os Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS), que têm a tarefa de cadastrar os

beneficiários, está a ser uma fase de aprendizagem que permite testar os sistemas de cadastramento, de pagamento e os mecanismos de participação e reclamações dos beneficiários", reconheceu Quevienguele.

Neste momento, está em curso a fase da expansão do programa, com a inserção de mais 15 municípios, perfazendo um total de 20.

Entre os ganhos do programa, apontam-se a identificação dos municípios, aldeias e agregados familiares mais pobres a nível do país, o cadastramento das famílias, que está a permitir a caracterização das diferentes facetas da vulnerabilidade, facilitando a identificação das respostas sociais a nível local.

Nesse sentido, foram até agora cadastrados mais de 30 mil agregados familiares, seguido da competente atribuição da renda trimestral, o que está a permitir que estas tenham maior capacidade de adquirir bens e serviços e de melhorar as suas condições de habitabilidade.

"Vários beneficiários do Kwenda, num total de 620 (nos municípios de N' zeto e cacula), têm já os processos encaminhados para o acesso ao registo civil e ao Bilhete de Identidade, através dos Centros de Acção Social Integrados (CASI)", disse.

A responsável referiu que está em fase de reabilitação e apetrechamento de 20 CASI's um total de mais de 40 até ao final do programa, como equipamentos sociais, destinados a fazer chegar serviços de acção social, descentralizados e desburocratizados, mais perto dos cidadãos. No entender do FAS, o Kwenda está a permitir e a aumentar o acesso aos serviços a nível local.

Questionado pelo NJ se a quantia atribuída às famílias é considerada ínfima por várias franjas da sociedade, o FAS admite o aumento dos valores atribuídos aos beneficiários, tendo em vista o acompanhamento do contexto macroeconómico do país, embora sem especificar os montantes do referido incremento.

"O programa tem recebido sugestões de várias sensibilidades em relação aos valores, e temos consciência de que é um assunto que não está completamente fechado e que deve continuar a ser estudado, analisado, no sentido de se poder vir a aumentar o valor, acompanhando o contexto macroeconómico", salientou a directora-geral-adjunta do FAS.

Segundo Teresa Quivienguele, as Transferências Sociais Monetárias são definidas como uma

contribuição à renda das famílias e não para resolver todos os problemas das famílias. "Ela é e deve ser complementada com outras iniciativas e outros programas públicos, nomeadamente o de combate à pobreza", especificou.

1.5 Cadastramento é feito casa a casa com a selecção das famílias

Novo Jornal

20 De Novembro de 2020

Texto: Hélder Sebastião

O Kwenda é uma iniciativa governamental criado para apoiar as famílias mais pobres e em situação de vulnerabilidade. Tem quatro componentes: Transferências Sociais Monetárias, Inclusão Produtiva, Municipalização da Acção Social e Reforço do Cadastro Social Único. Os municípios alvos foram definidos em obediência aos dados dos últimos estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre a pobreza, mediante a fotografia dos municípios mais pobres do País, que, de maneira geral, foram priorizados. O cadastramento é feito casa a casa, com a selecção das famílias beneficiárias, com base num conjunto de critérios de pobreza, vulnerabilidade e depois validada pela comunidade.

1.6 Luanda Famílias disputam contentores de lixo para sobre viver

Novo Jornal

20 De Novembro de 2020

Texto: Teresa Fukiady

Logo às primeiras horas do dia, Fátima, de 10 anos, e o irmão, Desejo, de oito, caminham pelas ruas da Centralidade do Kilamba, em Luanda. Ela carrega consigo uma sacola plástica de cor preta para colocar o que conseguir 'angariar' do contentor de lixo e de moradores, para levar para casa e partilhar com mais cinco pessoas. É a segunda de quatro irmãos. Os seus pais não trabalham. "Bita Tanque" é o bairro onde a pequena Fátima e a família residem, uma localidade "despida" de energia eléctrica, de água potável, de jardins, onde as casas são, na maioria, casebres, realidade que contrasta com a vizinha Centralidade do Kilamba - cidade nova, com prédios, escolas, hospitais, água e energia eléctrica.

"Viemos aqui porque temos fome e estamos à procura de comida", revela Fátima à nossa

reportagem. Nesse dia, teve a sorte de, logo pela manhã, receber um pedaço de pão de uma moradora.

Por falta de condições financeiras dos pais, Fátima e Desejo estão entre milhares de crianças angolanas fora do sistema de ensino e que dependem de doações para sobreviver. Desde Abril, os dois irmãos percorrem diariamente pelos mais de 100 prédios, á procura de comida.

Para além de se verificar nas ruas da cidade de Luanda, nas portas de restaurantes, de supermercados e nas bombas de combustíveis, o fenómeno ganha "força" nas novas centralidades.

No Sequele, por exemplo, encontramos o adolescente José, de 13anos, que, em troca de um prato de comida, deita o lixo produzido por alguns apartamentos. Diariamente, chega às 7horas e só regressa quando o sol se 'despede' do dia. José conta que chega a arrecadar, por dia, mil kwanzas, valor este que costuma a canalizar para a compra de alimentos para casa, onde vive com a mãe e seis irmãos. Frequentaria a 5.^a classe, se a sombra da escola não fosse substituída por horas debaixo do sol, realidade que o coloca muito distante do seu sonho de ser bombeiro. Órfão de pai, José, que também é engraxador, faz biscates e revela que a mãe se dedica a apanhar plásticos para revender.

Fátima, Desejo e José fazem parte dos 73% das crianças angolanas que não têm acesso à educação, à saúde e à protecção social, de acordo com um relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre pobreza infantil em Angola.

O Índice Global da Fome (IGF2020) refere que Angola é um dos 40 países onde a situação da fome é considerada "grave". No País, três em cada 10 pessoas passam fome, e pelo menos 46 morrem diariamente por desnutrição, grande parte associada à carência alimentar, num país onde quase metade da população vive abaixo da linha da pobreza (com menos de 500 Kz/dia).

A procura por alimentos leva à mendicidade pelas artérias das cidades crianças e adultos que, faça chuva ou sol abrasador, deambulam a pedir esmolas e a vasculhar lixeiras e contentores de lixo em busca de restos de comida para aldrabar e calar as lombrigas que «choram» no estômago. O fenómeno agudizou-se com o surgimento do novo coronavírus.

Segundo a organização não-governamental Save The Children e a UNICEF, as consequências económicas da Covid-19 podem levar pelo menos 86 milhões de crianças a mais à pobreza até final do ano. Qua novo se dois terços dessas crianças vivem na região da

África subsariana (onde Angola está incluída) e no Sul da Ásia.

Antigamente, pessoas vistas a revirar contentores de lixo eram consideradas doentes mentais. Actualmente, a fome e a penúria, agravadas pelo elevado custo de vida nos últimos tempos, levam a que várias famílias tenham os contentores de lixo como fontes de alimentação e de sustento. Para além da comida, alguns procuram por objectos de metal ou de plásticos recicláveis para a venda. Por cada quilo de metal, por exemplo, recebem 30 kwanzas.

Desde o ano passado, após a morte do marido, Luísa Ngonga, moradora do Golfe 2, passou a ser sustentada pelo lixo, anda com o filho de sete anos, que a ajuda a vasculhar os resíduos dentro do contentor. Para além de plásticos e metais, quando aparece algum alimento, embora fora do prazo, a mãe leva para a casa para partilhar com o resto da família.

"A vida está muito difícil. A nossa vida é essa, andar decontentor a contentor. Caso contrário, lá em casa o fogareiro não acende e as crianças não comem", conta, ao explicar que o marido morreu no ano passado e isso aumentou ainda mais o sofrimento.

Nalguns pontos da capital, Luanda, há famílias a ocuparem contentores de lixo. No Kilamba, por exemplo, a reportagem do NJ flagrou uma família que se intitulava proprietária de um contentor de lixo. Enquanto aguardam pelo final do dia para recolher o que lá foi depositado, a família acolhe-se debaixo de uma sombra improvisada, sentada em cadeiras de plástico, a vigiar atentamente, para que ninguém mais se apodere do seu lixo.

No aterro sanitário dos Mulenvos, em Viana, algumas famílias reaproveitam os alimentos deteriorados ou fora de prazo, deitados para a alimentação, e outros até para a comercialização.

O sociólogo e docente universitário Carlos Conceição considera o fenómeno pobreza urbana "preocupante", pois mostra a desorganização do Estado no que diz respeito às políticas sociais voltadas particularmente para as famílias mais vulneráveis. O especialista defende ser necessário que o Governo reprogramme as verbas do aGE cabimentadas para os sectores mais vulneráveis da sociedade e, desta forma, ajudar as famílias completamente pobres e que estejam abaixo da linha da pobreza.

"O Executivo, de há um tempo a esta parte, pouco tem feito para reverter essa situação. Estamos diante da pobreza urbana, e isso não é prestigante para um

país que se quer situar no contexto das grandes nações", frisa.

contribuiu para o aumento de preços com 1,02 pontos percentuais.

Defende que se devem criar políticas de protecção social que visam salvaguardar as estruturas da sociedade e valorizar os grupos mais vulneráveis, porque, com o elevado custo de vida, as desigualdades sociais vão ser mais acentuadas, podendo propiciar outros fenómenos como a delinquência uso excessivo de bebidas alcoólicas e drdgas, prostituição, comportamentos anti-sociais, que, segundo o especialista, não ajudam em nada na imagem do País.

I.7 Queda no poder de compra e subida na cesta básica

Novo Jornal

27 DE Novembro de 2020

Texto: Hortencio Sebastião

Registos que datam de 2016 indicam que os produtos que integram a cesta básica não pararam de aumentar de preços, sobre tudo devido à queda do preço do petróleo, e o País conhece, desde 2014, uma crise financeira e económica que se acentua diariamente.

De lá para cá, a par dos preços que aumentaram exponencialmente, persiste a falta de divisas.

Por essa altura (2016), o valor da cesta básica nas zonas urbanas do País era de 40.500 kwanzas e de 22,450 kwanzas nas zonas rurais, segundo especialistas.

Em contrapartida, o salário mínimo nacional era, por essa, altura 17 mil kwanzas, aliás aquém do valor real da cesta básica, tendo o custo de vida subido cerca de 38 por cento.

Em 2020, o salário mínimo sofreu um ligeiro incremento, passando para 21.454,00 kwanzas no sector da Agricultura, 26.817,00 Kz no dos Transportes e Indústria Transformadora e 32.181,00 Kz no do Comércio e Indústria.

Ainda assim, com esses montantes na fase actual, os preços da cesta básica estão de longe mais altos, se se atender ao actual índice de inflação em Angola, fixado em Julho, que aumentou para 22,17%.

Nesse período, o Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN) subiu para 22,93%, um acréscimo de 5,69 pontos percentuais face ao período homólogo, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), sendo a classe "alimentação e bebidas não-alcoólicas" a que mais

2. MICROFINANÇAS

2.1 BNA aperta cerco a casas de câmbio e sociedades de microcrédito

Jornal Expansão
6 De Novembro de 2020
Texto: Nelson Rodrigues

Os operadores do sector financeiro não bancário, como casas de câmbio e sociedades de microcrédito, vão ter as suas actividades mais vigiadas pelo Banco Nacional de Angola (BNA), com a disponibilização do módulo de gestão de reclamações do portal do consumidor bancário, uma ferramenta que permite registar reclamações de clientes, anunciou o banco central em nota no seu website.

De acordo com o BNA, a introdução desta ferramenta visa consolidar o reforço da supervisão do banco central à conduta das instituições financeiras e facilita ainda a abertura e classificação de processos, produção de indicadores, bem como o arquivo documental de reclamações, em conformidade com o aviso n.º 12/2016, de 5 de Setembro, sobre políticas de protecção dos consumidores de produtos e serviços financeiros.

O instrumento de controlo das reclamações das operações das empresas do sector financeiro não bancário foi apresentado em formato virtual, na mesma altura em que foram apresentados os serviços de que dispõe o portal do consumidor bancário, enquanto interface de comunicação entre o BNA e as instituições financeiras. " (...) E visa promover maior interacção do supervisor com os consumidores de produtos e serviços financeiros, bem como auxiliar as instituições financeiras não bancárias na melhoria dos serviços e produtos que oferecem aos seus clientes", lê-se na nota do banco central.

O banco central não diz o que motivou o reforço do policiamento aos operadores do sector das sociedades de microcrédito, locação financeira, casas de câmbio, prestadoras de serviços de pagamentos e cooperativas de crédito, apesar de o documento ter sido colocado à disposição do público uma semana depois do Banco Mundial e o próprio BNA terem apresentado o resultado do inquérito sobre capacidade de inclusão financeira.

No relatório, são deixadas várias recomendações que incluem a promoção de serviços financeiros diversificados, virados para as necessidades específicas da população em áreas com baixa

cobertura de serviços financeiros e rever e avaliar se os padrões mínimos para tratamento de reclamações podem ser estabelecidos ou melhorados através da definição de regras mais específicas.

2.2 Só 8 em cada 100 projectos do PRODESI têm financiamento

Jornal Expansão
13 De Novembro de 2020
Texto: Faustino Diogo

Só 8 em cada 100 projectos submetidos aos apoios do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) receberam luz verde das instituições bancárias e estão em condições de aceder ao crédito bancário. Ao todo, de 5.345 projectos submetidos, só 418 foram aprovados e destes, apenas 183 já foram desembolsados pela banca.

Ao todo, os bancos desembolsaram 352,6 mil milhões de Kz, valores que vão aumentar, até porque 235 projectos submetidos e já aprovados aguardam pelo dinheiro.

Segundo dados de terça-feira, 9 de Novembro, da página da internet dedicada ao PRODESI, quase metade dos projectos que procuraram financiamento desde o início do programa há dois anos encontra-se em situação de "desactivação", ou seja, 2.516 projectos precisam de acompanhamento. Para estar em conformidade e só depois devem seguir o seu percurso para que sejam considerados aptos pelos bancos e assim obterem o tão esperado empréstimo. Já 1.112 propostas estão no processo de triagem e caracterização.

A falta de garantias continua a ser das principais justificações encontradas pelos bancos na hora de recusar os pedidos de crédito, alegando que apenas estão a defender os depósitos dos seus clientes, defendem especialistas consultados pelo *Expansão*. Incumprimento das normas, estudos de viabilidade incompletos, informação financeira insuficiente, direito de superfície, pressupostos não credíveis e inconsistência do plano de negócios, engrossam a lista de constrangimentos que estão a limitar o acesso ao crédito com o propósito de financiar a produção interna.

O programa que prevê o apoio aos produtores para que estes consigam aumentar o seu volume de produção, produtividade e desenvolvimento de negócios, está a ser financiado por 16 bancos comerciais e tem diferentes linhas de crédito. Destas destaca-se a linha de crédito ao abrigo do

aviso10/2020, de 4 de Abril, do Banco Nacional de Angola (BNA), já que foi a que linha que até à data libertou mais dinheiro às empresas, tendo já disponibilizado 331 mil milhões Kz, 94% do total disponibilizado no âmbito deste programa. Esta linha foi criada em Abril no âmbito das respostas do Executivo para combater os efeitos da pandemia da Covid-19, para potenciar a produção dos bens essenciais que apresentam défices de oferta de produção nacional. Permite financiar a importação de matérias-primas e o investimento necessário à produção, incluindo-se o investimento na aquisição de tecnologia, máquinas e equipamentos.

Já a linha de crédito para o financiamento de compras de bens de consumo de origem nacional (OCD), desembolsou 10,6 mil milhões Kz, enquanto o Programa de Apoio ao Crédito (PAC), libertou 6,8 mil milhões Kz e a linha de financiamento de compras de insumos agrícolas e de pesca, disponibilizou 3,4 mil milhões Kz. Até ao momento, a linha de crédito do alemão Deutsche Bank, operacionalizada pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), no valor de mil milhões USD, ainda não desembolsou qualquer valor para a promoção da produção nacional, embora tenha projectos aprovados no valor de 99,1 mil milhões Kz.

Entre os bancos que estão a financiar o PRODESI, o Millennium Atlântico lidera o top 5 dos que mais desembolsaram, um total de 191,6 mil milhões Kz, enquanto o Standard Chartered Bank Angola aparece na segunda posição com 41,3 mil milhões Kz (ver gráficos).

A nível da entrada de projectos submetidos para o acesso ao crédito, Luanda lidera com 1.331, seguida da Huíla com 431 e Cuanza Sul aparece na terceira posição com 426 pedidos de financiamento.

Empresários queixam-se das dificuldades e atrasos

O acesso ao crédito tem sido um dos problemas apresentados pelos empresários para o desenvolvimento dos seus negócios, e chegam mesmo a dizer que a banca não está interessada em financiar, apesar do discurso da necessidade de dinamizar a produção nacional para assim reduzir as importações e poupar recursos ao País.

Nelson Santos, empresário agrícola, não entende como é possível incentivar a produção nacional quando os projectos estão a ser rejeitados pela banca. "Fica difícil falarmos em aumentar a produção nacional. Hoje, apesar dos programas existentes, ainda é uma miragem para muitos de nós conseguirmos os tão falados financiamentos", disse.

Para o empresário, a alegada falta de qualidade dos projectos que são submetidos à banca por si só não justificam o rácio tão baixo de aprovação de financiamentos. "Fala-se muito em falta de qualidade dos nossos projectos, mas quem decide se o projecto tem ou não qualidade muitas das vezes não conhece o negócio de que está a decidir. Passa a vida no escritório, nunca foi ao campo e depois vem dizer que o projecto não está em conformidade", avançou o empresário.

Já o empresário Augusto Santos considera que a dificuldade de aprovação de projectos não é vivida de forma igual entre a classe empresarial. "Existem aqueles com ligações aos bancos e estão a conseguir financiar as suas actividades e muitos projectos que já foram contemplados no PRODESI estão ligados a estas pessoas", disse.

Por sua vez, o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, critica também o facto de o PAC ter demorado demasiado tempo a arrancar, processo que demorou mais de dois anos. Isto porque houve um atraso na capitalização do Fundo de Capital de Risco, que é a garantia que o Estado dá aos bancos para que concedam crédito. No entanto, Severino admite que as garantias são sempre um problema: "As exigências dos bancos hoje são maiores. Há empresas que têm dívidas com terceiros e querem contrair empréstimos e muitos empresários estão a renegociar as dívidas para ter acesso ao financiamento do PAG. É um processo que leva muito tempo. Em muitas garantias apresentadas já estão hipotecadas. Tudo isso dificulta o acesso ao crédito".

"É preciso preparar os bancos no sentido de apoiarem os empresários e não prejudicarem as suas actividades, até porque os bancos estão a tornar o sonho de muitos empresários em pesadelos, numa altura muito difícil", conclui o presidente da AIA.

2.3 Mais de 200 jovens empreendedores receberam micro-crédito

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2020

Texto: Arão Martins

Duzentos e 19 jovens empreendedores dos municípios do Lubango, Quipungo, Matala e Humpata, que actuam nas áreas de cabeleireiro, serralharia, corte e costura, mecânica, recauchutagem e electricidade receberam, há dias, o denominado

microcrédito “Amigo do sol”, no valor de 360 mil kwanzas, com vista a sustentar os negócios.

A ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Dias, procedeu a entrega dos termos de compromisso durante a realização da Feira do Empreendedor decorrida na cidade do Lubango.

O director geral do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Manuel Mbangue disse, na ocasião, que os beneficiários vão ter três meses de período de carência e reembolsar o valor durante um ano, com uma taxa bonificada de 1,67 por cento.

Manuel Mbangue informou que o propósito não é apenas conceder esses apoios, mas sim, dar um conjunto de assistência para permitir que os jovens empreendedores se mantenham no mercado.

Sublinhou que os jovens que beneficiaram do crédito foram formados pelo Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE) do Lubango, desde 2015.

Acrescentou que há um processo de monitoria e acompanhamento, de modo que os empreendedores sejam orientados a nível de negócios.

Informou que para o sucesso da acção, conta-se com vários parceiros, dentre os quais, docentes universitários na monitoria.

Numa actividade orientada pela ministra Teresa Dias, mais de 150 profissionais dos municípios do Lubango e Matala receberam cédulas profissionais que os certificam nas áreas em que trabalham. O director geral do INEFOP, Manuel Mbangue, esclareceu que os beneficiários são pessoas que exercem a sua actividade já há muitos anos, mesmo sem passar por uma formação clássica e num centro profissional, mas que aprenderam por via da prática reiterada, na rotina diária.

Através de um processo de avaliação de competências, muitos desses tiveram êxitos e receberam a sua carteira profissional, que é um processo lançado e o Serviço Provincial poderá dar seguimento, quer a entrega de micro-créditos ou de kits profissionais. “Para a Huíla, está previsto atendermos cerca de mil empreendedores, daí que todo nosso esforço será feito essencialmente para podermos dar esse seguimento”, garantiu.

Mais de 32 empreendedores que actuam nas mais diversas áreas participaram, na terça-feira última, na Feira do Empreendedor, decorrida na cidade do

Lubango. “Juntamo-nos aos empreendedores formados desde 2015 no CLESE da Huíla e muitos deles estão regimentados no mercado e têm a sua actividade a decorrer com êxito. Aproveitamos a ocasião para apresentar o que eles fazem e dar a conhecer à sociedade que efectivamente, é possível quando as pessoas acreditam, empreendem e desenvolvem esforço e alcançam sucesso”, assegurou Manuel Mbangue.

2.4 PAC representa 4% do crédito desembolsado pela banca

Jornal Expansão

27 De Novembro de 2020

Texto: Martins Chambassuco

O Programa de Apoio ao Crédito (PAC), implementado no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PREODESI) há dois anos, representa apenas 4% dos financiamentos desembolsados pela banca comercial.

Por outro lado, de acordo com a página da internet do PRODESI, a concessão de crédito pelas instituições financeiras, com base na linha de crédito do Aviso 10/20 do Banco Nacional de Angola (BNA) publicado em Abril, ronda os 86% dos 174,0 mil milhões Kz já desembolsados no âmbito deste programa lançado há dois anos para financiar o sector produtivo.

Contas feitas, este instrumento financeiro aprovado para estimular o sector produtivo interno já desembolsou 150,5 mil milhões Kz do total dos 174 mil milhões concedidos à economia pelas seis linhas de financiamento criadas para dinamizar o PRODESI, de um total de 199 projectos que já receberam apoios.

Do total das linhas de financiamentos criadas pelo Governo para financiar a economia real, o PAC, que foi a 'bandeira' deste programa acaba por ser o instrumento que menos disponibilizou financiamentos. Esta linha de crédito, criada há dois anos, desembolsou apenas 4%, quase 7 mil milhões Kz, isto porque, segundo empresários e especialistas adiantaram ao Expansão, os bancos acabam por ser mais rigorosos nas exigências (sobretudo ao nível das garantias) que fazem para conceder créditos ao abrigo do PAC. Ao contrário, por exemplo, do que acontece com os processos que resultam do Aviso 10/20 do BNA para a importação e aquisição de 54 produtos considerados essenciais e que não existem em quantidade suficiente em Angola. Isto porque na prática os bancos acabam por ser "obrigados" a

conceder esses créditos já que têm que ceder empréstimos que correspondam a 2,5% do seu activo ou estão sujeitos ao pagamento de coimas ao supervisor bancário. E estão também obrigados a cumprir uma "espécie de quota" de projectos a aprovar por cada instituição bancária.

Em resposta ao Expansão, o gabinete de comunicação do Ministério da Economia e Planeamento (MEP) justifica que o financiamento à economia com a linha de crédito criada no âmbito do Aviso 10/20 do BNA é mais atractiva em função das taxas de juros bonificado.

Numa altura em que as empresas têm solicitado apoios à banca para suprir as dificuldades que resultam do impacto da pandemia, o MEP admite desconhecer se as empresas recorreram mais às medidas de alívio económico criadas pelo Governo para responder à pandemia ou se à que à banca comercial para apoiar asua actividade.

Dos 512 projectos aprovados, no âmbito do PRODESI, apenas 199 receberam financiamentos, um indicador que coloca em causa as expectativas dos empresários sobre a marcha do crédito à economia.

Em mais de dois anos do lançamento do PRODESI ainda não se chegou a metade do crédito aprovado pelos bancos que aderiram ao PRODESI para o apoio às empresas de diferentes sectores de actividades. O MEP reconhece que há atrasos na concessão de crédito às cooperativas do sector produtivo, mas avança, por outro lado, que em Outubro deram entrada no BDA 146 pedidos de crédito e já foram aprovados financiamentos no valor de 4 mil milhões Kz e está a decorrer o processo de cedência de crédito às cooperativas.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Crime Falsos taxistas «terrorizam) passageiros cidade de Luanda

Novo Jornal

6 De Novembro de 2020

Texto: Dulcinea Lufua

Geralmente agem em grupo de quatro a seis pessoas e conduzem viaturas usadas no serviço informal de táxi, como a marca Toyota Hiace, popularmente conhecida como "quadrado", e o Hiace Jinbei, vulgo "acaba de me matar". Nas paragens, com muita naturalidade, chamam os destinos das viagens. Depois de "lotarem" a viatura, seguem viagem. Ao longo da rota, o cobrador finge perceber alguma avaria no carro e procura consertá-lo. Enquanto os passageiros se distraem, os seus comparsas aproveitam entrar em acção e anunciam o assalto. Recebem os pertences das vítimas: valores monetários, telemóveis, carteiras e, algumas vezes, exigem a senha dos cartões multicaias.

A reportagem do Novo Jornal ouviu vários relatos de pessoas que já sofreram nas mãos de falsos taxistas, como é o caso de Adnela Marques, de 24 anos.

"Ao subir a um candongueiro que fazia a rota Aeroporto-Zamba 2, queria sentar-me no último banco, mas foi-me comunicado pelo cobrador que o mesmo estava danificado e que deveria sentar-me ao seu lado. Sem desconfiar, aceitei. Depois de alguns minutos de viagem, ele anunciou que já não iria chegar ao Zamba 2 e que eu tinha de descer. Assim que desço, eles aceleraram a viatura. Daí, peguei outro táxi, e foi quando me apercebi de que tinha sido roubada. Levaram o meu telefone e todo o dinheiro que tinha acabado de levantar", explica.

À semelhança de Adnela, Conceição Maria e o seu filho também foram alvos de falsos taxistas. O facto aconteceu nas proximidades do Mercado do Trinta, no município de Viana.

"Nos últimos dias, pedi ao meu filho que me acompanhasse ao Mercado do Trinta para fazer as compras de casa.

Quando chegámos à ponte do 25, o cobrador falava em códigos com o motorista e, de seguida, pediu para descermos todos do carro. Só depois de o carro arrancar, é que dei conta que levaram os 100 mil

kwanzas que tinha para as compras. Fiquei desesperada e chorei muito", conta.

"Esses têm feitiço de farejar dinheiro nas pastas das pessoas e, no momento que nos subtraem o dinheiro, não nos apercebemos. Só podem ter mesmo feitiço", afirma outro cidadão, que preferiu anonimato.

Os interlocutores pedem mais patrulhamento policial nas estradas de Luanda, no sentido de se pôr fim à situação que tem tirado a tranquilidade a centenas de passageiros. Os bairros Zango 1, 2, 3 e 4, em Viana, e os municípios de Luanda, Cacucos e Belas lideram as estatísticas dos assaltos que ocorrem a qualquer hora do dia.

Edna Tchissola, outra cidadã, por pouco seria vítima de falsos taxistas. Conta que recentemente quase teria sido assaltada num táxi que fazia o trajecto triângulo do Gicaf S. Paulo.

"Eu ia fazer o pagamento da viagem, mas ele [o cobrador] passou um jornal em cima da minha pasta e puxou o meu telemóvel. Entre tanto, eu senti-o a tirar alguma coisa da minha pasta e perguntei-lhe porque havia feito aquilo. Mentiu que o telemóvel estava na cadeira e começámos a discutir. Por vergonha, expulsou-me do táxi, pediu-me para descer".

A "onda" de assaltos e roubos nos táxis também voltou a ser motivo de debate nas redes sociais, nas últimas semanas. Várias pessoas partilharam a experiência que viveram e revelaram alguns dos modus operandi dos meliantes. "Se subir a um táxi e, ao longo do trajecto notar que o motorista ou o cobrador anuncia que já não vão poder seguir viagem ou o cobrador disfarça que vai arranjar alguma coisa, tome cuidado, podem ser assaltantes. Partilhe o máximo essa mensagem", lê-se.

Contactado por este semanário, o presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas (ANATA), Francisco Paciente, condenou a prática dos assaltos e solicitou às associações e aos associados das várias organizações para ajudarem na identificação de falsos taxistas, de modo a reverter-se esta situação.

Já o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do SIC-Luanda, superintendente prisional Manuel Halaiwa, referiu que nos últimos tempos o SIC não tem recebido denúncias sobre assaltos cometidos dentro dos táxis, mas aconselha os cidadãos a cultivarem o hábito de denúncias. "As vítimas devem dirigir-se a uma esquadra da Polícia em casos do género, apresentando dados concretos sobre a ocorrência, só

assim tomaremos medidas exactas", observou, reiterando que "caso não se denunciarem situações do género, a polícia terá dificuldades em agir".

Recentemente, o SICapresentou um grupo de cidadãos, detidos em Luanda por supostamente terem estado envolvidos em assaltos e roubos na vida pública. Os acusados, segundo o SIC, assaltavam na calada da noite, tendo como principais vítimas jovens, e usavam armas e viaturas de marca Toyota Hiace.

3.2 País perde quase 200 mil empregos formais e sector Informal dispara

Jornal expansão

6 De Novembro de 2020

Texto: Isabel Costa Bordalo

O País perdeu 200 mil postos de trabalho formais entre Julho e Setembro de 2020, o que agravou a taxa de desemprego em 1,3 pontos percentuais, comparativamente ao segundo trimestre do ano, fixando-se nos 34,0%, revela o Inquérito ao Emprego em Angola no III Trimestre do Instituto Nacional de Estatística (INE), indicando que os sectores mais abalados foram a educação, actividades artísticas, desportivas e pessoal doméstico.

Estes 200 mil empregos somam-se aos 332.533 postos de trabalho que já tinham sido perdidos entre Abril e Junho, altura em que a actividade económica no País parou parcialmente, por causa das medidas de confinamento impostas pelo estado de emergência, e durante o qual as pessoas se viram impedidas de procurar emprego e, nalguns casos, de trabalhar.

No terceiro trimestre do ano, com o fim do estado de emergência e o regresso das pessoas à procura activa de trabalho, foram criados 361.442 empregos. Mas o número de novos postos de trabalho não foi suficiente para o universo de 832.340 angolanos que se tornaram economicamente activos durante este período. Na prática, o inquérito constata que, com o ingresso de novas pessoas no mercado de trabalho, a população desempregada aumentou 470 mil.

Contas feitas, no segundo trimestre de 2020, houve um aumento de 5,7% na população economicamente activa, que compreende todos os angolanos com 15 ou mais anos, ou seja houve mais 832.340 pessoas a disputar o mercado de trabalho. "Esta variação trimestral resultou do aumento da população empregada (361.442 pessoas) e no aumento da população desempregada (470.898 pessoas)", conclui o INE. A população economicamente activa, foi

estimada em 15.321.544 pessoas. Mas destes apenas 10.112.899 tinham emprego, a maioria dos quais com trabalhos informais (79,6%), o que corresponde a um aumento de 3,7% em relação ao número de angolanos empregados no trimestre anterior (9.751.457) e 1,8% em relação ao trimestre homólogo de 2019 (9.931.548).

O Inquérito ao Emprego em Angola do INE também revela um aumento do emprego informal, quer nas zonas urbanas quer nas rurais, o que significa que há mais pessoas a recorrer ao mercado informal para substituir os empregos que se perdem no sector formal. Enquanto no II trimestre do ano do universo de 9.751.457 pessoas empregadas, 76,76%, ou seja 7.485.218 tinham trabalho no sector informal, no III trimestre, o número de pessoas com empregos informais subiu 2,84%. O que quer dizer que dos 10.112.899 angolanos empregados no III trimestre, 8.046.218 trabalhavam no sector informal, o que corresponde a 79,60%. Contas feitas, há mais 561 mil pessoas a trabalhar no mercado de trabalho informal do que no II trimestre do ano e menos 199.558 angolanos a trabalhar no mercado formal, tendo passado de 2.266.239 empregos formais no II trimestre para 2.066.681 empregos no III trimestre. A taxa de emprego no III trimestre de 2020, altura em que se desanuviam as medidas de confinamento para conter a pandemia da Covid-19, situou-se nos 59,7%, tendo-se verificado um aumento de 1,3% em relação ao trimestre anterior (58,9%), quando cessou parcialmente a actividade económica, obrigando muitos informais a parar a actividade, e uma diminuição de 2,0% quando comparado como trimestre homólogo (60,9%).

O inquérito aborda também o impacto da pandemia da Covid-19, ao estimar em 195.287 o número de pessoas empregadas que estiveram ausentes no trabalho mas a receber salário, o que representa cerca de 2% da população empregada. Destes, 30,7% estiveram ausentes entre 0-3 meses e mais de metade (69,3%) por mais de três meses, tendo 68,9% invocado a pandemia da Covid-19 como razão para a ausência. No universo de população ausente ou em teletrabalho, as mulheres foram as mais afectadas (48,9%), os homens menos (30,7%).

Mais de metade da população empregada (55,6%), de acordo com o Inquérito ao Emprego do III trimestre, encontra-se no sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas (5.622.774). Segue-se o comércio, com 19,4% (1.959.444). O sector que menos emprega é o das actividades financeiras, imobiliário e de consultoria, com 0,6% (56.441 pessoas).

Em termos de caracterização, a taxa de emprego dos homens (62,2%) excedeu a das mulheres (57,4%), sendo muito superior nas zonas rurais (76,1%) à das zonas urbanas (48,5%). Já o desemprego penaliza sobretudo os mais jovens, entre os 15 e os 24 anos, com uma taxa de 56,4%.

3.3 Administrador não confirma privatização

Novo Jornal

20 De Novembro de 2020

Texto: Hélder Caculo

Contactado pelo Novo Jornal, o administrador de Viana, Fernando Eduardo Manuel, disse que não recebeu, até ao momento, orientação para entregar a gestão do Mercado do KM 30 à empresária Cidália Cambinda.

“A administração continua a fazer a gestão do espaço. Nada chegou ao meu conhecimento. Não tenho qualquer informação sobre o assunto”, disse Francisco Manuel.

O responsável garantiu, entretanto, que, caso haja alguma orientação superior para a entrega do espaço, deverá ser efectivada.

Fernando Eduardo Manuel é administrador municipal de Viana desde Junho de 2019, tendo substituído André Soma, que administrou o município entre 2017 e 2019. Actualmente, Viana é um dos municípios mais populosos do País, com mais de um milhão e 600 mil habitantes.

3.4 Briga Privatização do Mercado do KM 30 volta a gerar conflitos

Novo Jornal

20 De Novembro de 2020

Texto: Hélder Caculo

O Governo provincial de Luanda (GPL) deverá entregar, oficialmente, a gestão do Mercado do KM30 à empresária Cidália de Matos Baptista Cambinda, proprietária do espaço, que há 12 anos se viu impedida, pela Administração Municipal de Viana, de gerir ou beneficiar das receitas arrecadadas junto dos comerciantes.

Localizado no município de Viana, o Trinta é um dos maiores mercados a céu aberto da capital do país, controla pelo menos 7.500 vendedores e tem uma facturação diária de três milhões de kwanzas e mensal de 90 milhões.

“A experiência acumulada ao longo dos anos aconselha a entrega da gestão dos mercados a entidades privadas”, confidenciou ao Novo Jornal uma fonte do GPL, avançando que Cidália Cambinda assume a gestão do referido mercado em Janeiro de 2021.

Ouvida pelo NJ, a empresária, que desde 2006 vem disputando a titularidade do espaço onde está instalado o mercado, denunciou estar à ser perseguida por elementos desconhecidos.

“Na semana passada, dispararam três tiros contra uma das minhas viaturas. Já comunicámos o sucedido à Polícia Nacional. Sendo um mercado rentável, várias figuras influentes estão por detrás deste recinto”, argumentou.

Cidália Cambinda, contou, é proprietária do espaço construído há 14 anos, mas foi “forçada a abandoná-lo pelo ex-administrador de Viana, Zeca Moreno”, por razões que ela própria desconhece.

O Mercado do KM30 surgiu após um outro, instalado na Estalagem, de que também foi proprietária Cidália Cambinda, ter sido encerrado em 2004, sob ordens do GPL, em virtude de se situar numa zona que dificultava o tráfego rodoviário e provocava vários acidentes, na via Luanda-Viana.

Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda chegou a instaurar um processo contra o Estado (especificamente contra a Administração Municipal de Viana) e contra José Manuel Moreno Mendes Fernandes “Zeca Moreno”, antigo administrador municipal. As sentença chegou em forma de um acórdão favorável à autora da queixa, mas a Administração de Viana não recuou na sua decisão de gerir o mercado.

Face à resistência daquela administração, na altura liderada por Zeca Moreno, no dia 21 de Outubro de 2017, o ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou ao ex-governador de Luanda, Francisco Higinio Carneiro, a entrega do espaço.

“Nos termos da Lei.” 02, de 14 de Janeiro, Lei sobre Impugnação dos Actos Administrativos, informamos que recebemos a reclamação da senhora Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda, subscrita pelos seus representantes legais, através da qual vem requerer a legalização do terreno onde hoje se encontra a funcionar a praça do Km 30, com isenção dos pagamentos e taxas referentes ao processo”, lia-se num documento assinado por José Eduardo dos Santos. Mas, a entrega do espaço não chegou a efectivar-se.

Meses depois, Adriano Mendes de Carvalho, que substituiu Higino Carneiro na governação de Luanda, escreve à Administração Municipal de Viana, através do ofício n.º 705/GGPL/2017, orientando a entrega do mercado à antiga proprietária.

"Na sequência da decisão judicial emanada pelo Tribunal provincial de Luanda Sala do Civile Administrativo, 1ª Secção, a 26 de Junho de 2017, em relação à situação jurídica que envolve a Administração de Viana e a cidadã Cidália de Matos Baptista de Sousa cambinda, que reivindica a prestação de contas e outras questões aflorada em juizes", dizia a carta do ex-governador, datada a 23 de Outubro de 2017. Todavia, a proprietária do espaço continua a reclamar do mesmo.

A empresária diz que a direcção do Mercado do KM30 não pode gastar os mais de 52 mil dólares doados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Reino Unido, para a implementação das medidas de biossegurança no mercado e a criação das condições materiais necessárias para o funcionamento seguro dos mesmos. "Enquanto existe litígio entre a Administração Municipal de Viana e a empresária Cidália Cambinda, não se podem utilizar estes valores, até que seja resolvido o problema", reforçou uma fonte do Tribunal Provincial de Luanda.

O PNUD e a Embaixada Britânica em Angola assinaram um acordo de contribuição financeira para um projecto de apoio ao funcionamento seguro dos mercados locais.

3.5 Luanda Famílias disputam contentores de lixo para sobre viver

Novo Jornal

20 De Novembro de 2020

Texto: Teresa Fukiady

Logo às primeiras horas do dia, Fátima, de 10 anos, e o irmão, Desejo, de oito, caminham pelas ruas da Centralidade do Kilamba, em Luanda. Ela carrega consigo uma sacola plástica de cor preta para colocar o que conseguir 'angariar' do contentor de lixo e de moradores, para levar para casa e partilhar com mais cinco pessoas. É a segunda de quatro irmãos. Os seus pais não trabalham. "Bita Tanque" é o bairro onde a pequena Fátima e a família residem, uma localidade "despida" de energia eléctrica, de água potável, de jardins, onde as casas são, na maioria, casebres, realidade que contrasta com a vizinha

Centralidade do Kilamba - cidade nova, com prédios, escolas, hospitais, água e energia eléctrica.

"Viemos aqui porque temos fome e estamos à procura de comida", revela Fátima à nossa reportagem. Nesse dia, teve a sorte de, logo pela manhã, receber um pedaço de pão de uma moradora.

Por falta de condições financeiras dos pais, Fátima e Desejo estão entre milhares de crianças angolanas fora do sistema de ensino e que dependem de doações para sobreviver. Desde Abril, os dois irmãos percorrem diariamente pelos mais de 100 prédios, à procura de comida.

Para além de se verificar nas ruas da cidade de Luanda, nas portas de restaurantes, de supermercados e nas bombas de combustíveis, o fenómeno ganha "força" nas novas centralidades.

No Sequele, por exemplo, encontramos o adolescente José, de 13 anos, que, em troca de um prato de comida, deita o lixo produzido por alguns apartamentos. Diariamente, chega às 7 horas e só regressa quando o sol se 'despede' do dia. José conta que chega a arrecadar, por dia, mil kwanzas, valor este que costuma a canalizar para a compra de alimentos para casa, onde vive com a mãe e seis irmãos. Frequentaria a 5.ª classe, se a sombra da escola não fosse substituída por horas debaixo do sol, realidade que o coloca muito distante do seu sonho de ser bombeiro. Órfão de pai, José, que também é engraxador, faz biscates e revela que a mãe se dedica a apanhar plásticos para revender.

Fátima, Desejo e José fazem parte dos 73% das crianças angolanas que não têm acesso à educação, à saúde e à protecção social, de acordo com um relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre pobreza infantil em Angola.

O Índice Global da Fome (IGF2020) refere que Angola é um dos 40 países onde a situação da fome é considerada "grave". No País, três em cada 10 pessoas passam fome, e pelo menos 46 morrem diariamente por desnutrição, grande parte associada à carência alimentar, num país onde quase metade da população vive abaixo da linha da pobreza (com menos de 500 Kz/dia).

A procura por alimentos leva à mendicância pelas artérias das cidades crianças e adultos que, faça chuva ou sol abrasador, deambulam a pedir esmolas e a vasculhar lixeiras e contentores de lixo em busca de restos de comida para aldrabar e calar as lombrigas que «choram» no estômago. O fenómeno agudizou-se com o surgimento do novo coronavírus.

Segundo a organização não-governamental Save The Children e a UNICEF, as consequências económicas da Covid-19 podem levar pelo menos 86 milhões de crianças a mais à pobreza até final do ano. Quase dois terços dessas crianças vivem na região da África subsariana (onde Angola está incluída) e no Sul da Ásia.

Antigamente, pessoas vistas a revirar contentores de lixo eram consideradas doentes mentais. Actualmente, a fome e a penúria, agravadas pelo elevado custo de vida nos últimos tempos, levam a que várias famílias tenham os contentores de lixo como fontes de alimentação e de sustento. Para além da comida, alguns procuram por objectos de metal ou de plásticos recicláveis para a venda. Por cada quilo de metal, por exemplo, recebem 30 kwanzas.

Desde o ano passado, após a morte do marido, Luísa Ngonga, moradora do Golfe 2, passou a ser sustentada pelo lixo, anda com o filho de sete anos, que a ajuda a vasculhar os resíduos dentro do contentor. Para além de plásticos e metais, quando aparece algum alimento, embora fora do prazo, a mãe leva para a casa para partilhar com o resto da família.

"A vida está muito difícil. A nossa vida é essa, andar decontentor a contentor. Caso contrário, lá em casa o fogareiro não acende e as crianças não comem", conta, ao explicar que o marido morreu no ano passado e isso aumentou ainda mais o sofrimento.

Nalguns pontos da capital, Luanda, há famílias a ocuparem contentores de lixo. No Kilamba, por exemplo, a reportagem do NJ flagrou uma família que se intitulava proprietária de um contentor de lixo. Enquanto aguardam pelo final do dia para recolher o que lá foi depositado, a família acolhe-se debaixo de uma sombra improvisada, sentada em cadeiras de plástico, a vigiar atentamente, para que ninguém mais se apodere do seu lixo.

No aterro sanitário dos Mulenvos, em Viana, algumas famílias reaproveitam os alimentos deteriorados ou fora de prazo, deitados para a alimentação, e outros até para a comercialização.

O sociólogo e docente universitário Carlos Conceição considera o fenómeno pobreza urbana "preocupante", pois mostra a desorganização do Estado no que diz respeito às políticas sociais voltadas particularmente para as famílias mais vulneráveis. O especialista defende ser necessário que o Governo reprograma as verbas do OGE cabimentadas para os sectores mais vulneráveis da sociedade e, desta forma, ajudar as famílias

completamente pobres e que estejam abaixo da linha da pobreza.

"O Executivo, de há um tempo a esta parte, pouco tem feito para reverter essa situação. Estamos diante da pobreza urbana, e isso não é prestigioso para um país que se quer situar no contexto das grandes nações", frisa.

Defende que se devem criar políticas de protecção social que visam salvaguardar as estruturas da sociedade e valorizar os grupos mais vulneráveis, porque, com o elevado custo de vida, as desigualdades sociais vão ser mais acentuadas, podendo propiciar outros fenómenos como a delinquência, uso excessivo de bebidas alcoólicas e drogas, prostituição, comportamentos anti-sociais, que, segundo o especialista, não ajudam em nada na imagem do País.

3.6 Estado aperta o cerco para reduzir o dinheiro no mercado informal

Jornal Expansão

27 De Novembro de 2020

Texto: Telma Van-Dúnem

Para o controlo e redução da quantidade de dinheiro que circula no mercado informal, o novo Código Penal proíbe o pagamento e a retenção de valores acima dos três milhões de Kz. Os infractores serão punidos com pena de multa até 120 dias, de acordo com o artigo 467, que se aplica a quem realizar, aceitar ou facilitar o pagamento em numerário num valor igual, ou superior a 35.311 Unidades de Referência Processual (URP) correspondente em kwanzas ou em qualquer outra moeda estrangeira. Uma Unidade de Referência Processual corresponde a uma Unidade de Correção Fiscal (UCF), que, segundo o advogado Jonas Calenge, está fixado pelo Ministério das Finanças em 88 Kz. Contas feitas, estão proibidos pagamentos em dinheiro superiores a 3.107.368 Kz.

Já para impedir que as pessoas e empresas guardem grandes quantidades de dinheiro, o código prevê penas de prisão até um ano de prisão, ou multa até 120 dias. Isto aplica-se às pessoas singulares, micro e pequenas empresas, associações, fundações, sindicatos, partidos políticos, organizações religiosas ou ONGs que, fora das instituições financeiras, guardem, sem justificação atendível, valores acima de 34.091 URP (3.000.008 Kz). A mesma pena aplica-se a empresas de média ou grande dimensão que

retenham valores acima de 56.818 URP (4.999.984 Kz).

O novo código condena também todo o tipo de fraude no transporte ou transferência de moeda para o exterior, comércio ilegal de moedas, introdução ilícita de moeda estrangeira no País, bem como movimentos e operações bancárias ou financeiras ilegítimas.

Para o jurista Jonas Calenge estas normas têm como finalidade proteger e garantir a estabilidade do mercado financeiro. "O Estado precisa controlar a economia, e uma das formas é retirar o dinheiro do mercado informal, porque lá não se consegue controlar. A única forma é trazê-lo para o sistema formal", ressalta. Assim, o Código Penal vai permitir o uso frequente dos serviços e meios existentes no mercado e desafiar mais os bancos e as instituições financeiras. "Estas leis têm um carácter pedagógico e desencorajador, por isso, vamos entrar num processo de controlo participativo, onde o próprio cidadão vai ter de passar a denunciar determinadas situações, como fiscalizador", destaca o advogado. Acrescenta que será um processo "longo e difícil" e que este é o primeiro passo de muitos outros que terão de ser tomados.

A falta de liquidez, muitas vezes invocada pelos bancos comerciais, é um tema pontual e de fácil contorno, afirma o economista Wilson Chimoco. Assim, não será um desafio, sendo que os bancos podem aconselhar os clientes a adoptarem outros mecanismos de pagamento, nomeadamente o Mobile Money e o Internet Banking.

Porém, pela dimensão da economia informal no País e a fraca inclusão financeira, poderá não ser tão fácil, fundamentalmente, para localidades com um alto nível de transacções, baixos serviços financeiros e ausência de agências bancárias. "Mas aí os bancos comerciais têm de se posicionar e disponibilizar os seus serviços. E penso que é por aí que a Lei também deve ser lida, como uma oportunidade para a expansão dos serviços de intermediação financeira", destaca o economista, insistindo que isto obriga os bancos comerciais a posicionarem-se para disponibilizar os seus serviços.

A atribuição da licença à Unitel para operar serviços financeiros poderá ser determinante para a cobertura do segmento mais baixo da população, considera Chimoco, numa altura em que o Conselho Nacional de Estabilidade Financeira intensifica os programas de Educação e Digitalização Financeira.

Num contexto de, cada vez maior, digitalização do sistema de pagamentos nacional e internacional,

aliado à estratégia de combate ao branqueamento e fuga de capitais, "faz todo o sentido que a massa monetária física seja a mínima possível, para que a mesma não facilite o contrabando, o financiamento de actividades ilícitas no mercado negro", refere o economista, que realça a importância de existir maior coordenação entre a aplicação da Lei e o posicionamento mais proactivo do Banco Nacional de Angola (BNA) na disponibilização de um sistema de pagamento mais digital.

Wilson Chimoco diz que os resultados serão reais, tanto na melhoria do sistema de pagamentos, com a adopção de mecanismos mais digitais, assim como no impulso à formalização da actividade informal da economia e redução dos crimes económicos do mercado paralelo. "Em termos monetários, as vantagens vão passar por maior captação de depósitos por parte dos bancos, melhor controlo da massa monetária em circulação por parte do BNA e uma maior efectividade da Política Monetária do BNA", sublinhou.

A aplicação destas leis não terá grande impacto para o cidadão comum, mas sim para pessoas que queiram manter montantes significativos de moeda fora do circuito normal do sistema de pagamentos.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 O orçamento programa no OGE/21

Jornal de Angola
30 De Novembro de 2020

o processo orçamental compreende a fase de elaboração, de execução e a fase de reporte. Os resultados deste processo dependem muito da existência de regras claras para a formulação, execução e elaboração de relatórios sobre o orçamento anual, além de uma definição clara dos objectivos das políticas de Médio e Longo Prazo do Governo.

Um dos maiores desafios que o Executivo levou e continua a levar a cabo no âmbito da sua programação financeira anual é o de alcançar cada vez mais uma maior integração entre o orçamento e o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022, não obstante a lógica programática de estruturação do orçamento se tenha iniciado em 2014, e não dispensando a sua sistematização orgânica e funcional.

Uma integração entre a formulação de política, planeamento e o Orçamento tem sido uma fonte de descoberta de novas eficiências para o sistema público angolano de gestão financeira, na medida em que vem permitindo uma maior e melhor percepção dos recursos afectos às diferentes políticas públicas, melhorias de eficiência alocativa ao nível da despesa pública e um maior escrutínio pela sociedade.

A base legal para essa maior ligação orçamento- -planeamento encontra as suas fundamentações na Lei n.º 1/13, de 14 de Janeiro, a chamada Lei de Bases do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento, que, regendo-se de 10 princípios, contempla nas suas previsões o conhecido princípio da Articulação, que promove os instrumentos de planeamento com orçamento no sentido de que os primeiros tenham a sua expressão financeira contemplada no segundo, o que vem exercendo, naturalmente, um elevado impacto em termos de eficiência alocativa na programação orçamental anual.

Um segundo princípio é o da Integração e Compatibilidade, que mais uma vez, relacionando-se com o Orçamento, orienta a integração para uma ligação e compatibilização das regras de execução das metas financeiras e físicas de planos, programas e acções com as vigentes no OGE, promovendo um maior empenho em termos de melhoria da eficiência operacional ou técnica da despesa pública.

Hoje mais do que ontem, o Orçamento Geral do Estado vem sendo cada vez mais assistido pelo Plano, procurando-se mais e cada vez mais um maior foco nas metas subjacentes aos objectivos de política do Executivo, de tal modo que a dotação orçamental, que é o principal referencial do orçamento, não coloque um carácter complementar aos resultados físicos do PDN 2018-2022, sem que haja, igualmente, perda do interesse financeiro da despesa.

É esta lógica que tem estado a presidir ao Orçamento-

- Programa sistematizado no OGE, em especial no OGE 2021, tornando tanto o Plano como o Orçamento numa peça única, através da introdução sistemática de segmentos relevantes do plano no orçamento, que efectivamente orientam a tomada de decisão em toda a cadeia do ciclo orçamental.

A Classificação Funcional Programática tem representado um grande avanço na técnica de apresentação orçamental, na medida em que vem permitindo uma maior vinculação das dotações orçamentais aos objectivos do Executivo definidos no âmbito do PDN 2018-2022. Essa lógica de arrumação do orçamento providencia uma visão do que "o que o Executivo compra", trazendo uma comunicação muito mais forte, aberta e bastante diferenciada da lógica tradicional.

Para o ano 2021, o OGE contempla 70 programas, cuja articulação com o PDN 2018- -2022 é, de maneira prática, resumida na figura abaixo.

Para o Sector Social, prevê-se um montante de 2,775 mil milhões Kz, contemplando um total de 58 programas, com destaque para o Programa de Melhoria da Qualidade e Desenvolvimento do Ensino Primário, Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, Programa de Expansão do Abastecimento de Água nas Áreas Urbanas, Sede de Municípios e Área Rurais, Programa de Desminagem, Programa da Habitação, Programa de Melhoria da Assistência Médica e Medicamentosa e o Programa de Combate às Grandes Endemias pela Abordagem das Determinantes da Saúde.

Com a implementação do programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza no OGE/21, o Executivo projecta reduzir a taxa de incidência da pobreza para 25% em 2021. Em 2017, a esta taxa ascendia a 41%.

Uma outra importante meta no âmbito do OGE 2021, é a do aumento da cobertura da assistência médica e medicamentosa dos angolanos, através do Programa de Melhoria de Assistência Médica e Medicamentosa. As expectativas são de que os angolanos tenham um maior acesso e utilização dos serviços de saúde em todos os níveis de atenção tanto ao nível da promoção, prevenção, tratamento e reabilitação. Até 2017, essa cobertura atingiu os 50%. Espera-se que em 2021 esta taxa de cobertura venha atingir os 75%.

O OGE 2021 comporta 34 programas para no domínio económico e das infraestruturas, perfazendo uma despesa prevista Kz 1.089,50 mil milhões. Destacam-se o Programa de Consolidação e Optimização do Sector Eléctrico, Programa de Expansão do Transporte Público, Programa de Fomento da Produção Agrícola e o Programa de Construção e Reabilitação de Infraestruturas Rodoviárias, etc.

Ao nível dos Serviços Públicos Gerais, estão contemplados no orçamento 39 programas, com despesa orçamental Kz 1.829,50 mil milhões. Neste domínio, estão Com a implementação do programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza no OGE/21, o Executivo projecta reduzir a taxa de incidência da pobreza para 25% em 2021. Em 2017, a esta taxa ascendia a 41%.

Uma outra importante meta no âmbito do OGE 2021, é a do aumento da cobertura da assistência médica e medicamentosa dos angolanos, através do Programa de Melhoria de Assistência Médica e Medicamentosa. As expectativas são de que os angolanos tenham um maior acesso e utilização dos serviços de saúde em todos os níveis de atenção tanto ao nível da promoção, prevenção, tratamento e reabilitação. Até 2017, essa cobertura atingiu os 50%. Espera-se que em 2021 esta taxa de cobertura venha atingir os 75%.

O OGE 2021 comporta 34 programas para no domínio económico e das infraestruturas, perfazendo uma despesa prevista Kz 1.089,50 mil milhões. Destacam-se o Programa de Consolidação e Optimização do Sector Eléctrico, Programa de Expansão do Transporte Público, Programa de Fomento da Produção Agrícola e o Programa de Construção e Reabilitação de Infraestruturas Rodoviárias, etc.

Ao nível dos Serviços Públicos Gerais, estão contemplados no orçamento 39 programas, com despesa orçamental Kz 1.829,50 mil milhões. Neste domínio, estão contemplados os Programas para Reforma e Modernização da Administração da Justiça, Melhoria da Gestão das Finanças Públicas, Desenvolvimento de Infraestruturas de Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Plano Nacional de Formação de Quadros, etc.

No programa de Formação de Quadros, prevê-se a operacionalização do sistema de Informação de Registo e Gestão de Quadros sobre os quadros da Administração Local do Estado.

Relativamente ao Sector de Segurança e Ordem Pública, orçado em 707,39 mil milhões Kz, as dotações orçamentais estão distribuídas por 14 programas, com realce para o Programa de Capacitação Institucional e Valorização dos Recursos Humanos, Programa para Melhoria do Controlo das Fronteiras Nacionais e Imigração, Programa de Reforço do Combate à Criminalidade e à Delinquência.

A abordagem do orçamento- -programa não deve ser vista apenas como uma simples forma de apresentação do OGE. Mais do que um agregado de programas orçamentados, este método orçamental faz evidenciar as acções e respectivas metas subjacentes aos objetivos de política do Executivo.

Esta prática de orçamentação vem sendo aprimorada a todos os níveis, quer seja institucional como aos níveis legais e metodológico, e continuará a promover uma melhoria significativa da qualidade da despesa pública, em termos de reforço da eficiência alocutiva da despesa assim como da sua eficiência operacional pelas entidades FFH `esconde 'valor das dívidas dos moradores das casas executoras do orçamento.

4.2 Obras passam de 44,7 para 19 milhões USD entr decreto de junho e a verba inscrita no OGE 2021

Novo Jornal

6 De Novembro de 2020

Texto: Sandra Bernardo

Em Junho, oPresidente da República autorizou uma despesa de 44,7milhões de dólares para a empreitada, oque significa, contas feitas, mais 27,5milhões USDdo que os 19milhões previstos no documento que irá a discussão no parlamento, e onde constam, na rubrica "Construção e Reabilitação de Edifícios

Públicos e Equipamentos Sociais", os tais 12.628.665.942,00 de kwanzas para a construção da sede da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) e do Centro de Escrutínio Nacional.

A nova sede da CNE esteve, aliás, envolta em longas e intrincadas negociações, num negócio feito e refeito por decretos presidenciais desde 2015.

Segundo consta de diplomas oficiais anteriores, publicados no Diário da República e consultados pelo Novo Jornal, a antiga unidade fabril estava na posse da Sociedade de Refrigerantes de Angola (SOREA), que tem como sócios Diógenes do Espírito Santo Oliveira, deputado e secretário para a Economia e Finanças do MPLA, Paulo Maria Augusto, secretário-geral do Ministério da Juventude e Desporto, e Magalhães Ernesto Domingos da Silva.

O projecto de construção da nova sede da CNE remonta a 2015, quando o então Presidente José Eduardo dos Santos criou uma comissão de negociação do edifício da Up Mission, que extinguiu logo após delegar competências, no decreto 37/15 de 7 de Maio, ao ministro das Finanças, à data, Armando Manuel, para negociar e executar "todos os procedimentos de registo do referido prédio urbano, e ao Gabinete de Obras Especiais para dirigir e coordenar o processo de demolição das instalações da UPMission e no Prédio rústico edificar a futura sede da CNE".

Mas, de acordo com os documentos consultados pelo Novo Jornal, a 14 de Abril de 2020 foi emanado um decreto presidencial (56/20) onde pode ler-se que "tendo sido cedida a posse do imóvel da ex-fábrica Up Mission, mediante contrato de exploração com opção de compra, à Sociedade de Refrigerantes de Angola, Limitada", e "havendo interesse legítimo de reversão da posse do supracitado imóvel, sem quaisquer ónus e encargos, para a construção da sede da Comissão Nacional Eleitoral e do Centro de Escrutínio Nacional", o Chefe de Estado ordenava à ministra das Finanças que realizasse a despesa referente "à indemnização decorrente da cessação do contrato e reversão da posse da ex-fábrica Up Mission a favor da Sociedade de Refrigerantes de Angola".

O mais recente decreto presidencial, datado de Junho de 2020 e assinado por João Lourenço, entrega a obra ao grupo israelita Mitrelli, a operar em Angola desde os anos 80, e delega competências ao director do Gabinete de Obras Especiais (GOE) para a aprovação das peças do procedimento contratual, verificação da validade e legalidade de todos os actos para a celebração do contrato, incluindo a sua assinatura.

As obras tinham início marcado para Junho de 2020 e a empreitada terá a duração de 18 meses, segundo o porta-voz da instituição, Lucas Quilundo.

Por apurar está ainda o valor da "indemnização decorrente da cessação do contrato" à empresa SOREA- Sociedade Refrigerantes Angola, que tem como sócios Diógenes do Espírito Santo Oliveira, deputado e secretário para a Economia e Finanças do MPLA, Paulo Maria Augusto, ex-secretário-geral do Ministério da Juventude e Desporto, e Magalhães Ernesto Domingos da Silva, apesar de o Novo Jornal ter enviado, em Junho, um conjunto de perguntas ao gabinete da ministra das Finanças, que não foram respondidas até à data.

Na terça-feira, dia 3 de Novembro, o Novo Jornal voltou a contactar o gabinete da titular da pasta das Finanças para perceber o porquê desta disparidade de 27,5 milhões USD nos custos de construção do edifício sede da Comissão Nacional Eleitoral e do Centro De Escrutínio Nacional. Até à hora de fecho do jornal, não houve qualquer resposta ao mail enviado.

4.3 O orçamento programa no OGE/21

Jornal Expansão

13 De Novembro de 2020

o processo orçamental compreende a fase de elaboração, de execução e a fase de reporte. Os resultados deste processo dependem muito da existência de regras claras para a formulação, execução e elaboração de relatórios sobre o orçamento anual, além de uma definição clara dos objectivos das políticas de Médio e Longo Prazo do Governo.

Um dos maiores desafios que o Executivo levou e continua a levar a cabo no âmbito da sua programação financeira anual é o de alcançar cada vez mais uma maior integração entre o orçamento e o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022, não obstante a lógica programática de estruturação do orçamento se tenha iniciado em 2014, e não dispensando a sua sistematização orgânica e funcional.

Uma integração entre a formulação de política, planeamento e o Orçamento tem sido uma fonte de descoberta de novas eficiências para o sistema público angolano de gestão financeira, na medida em que vem permitindo uma maior e melhor percepção dos recursos afectos às diferentes políticas públicas, melhorias de eficiência alocativa ao nível da despesa pública e um maior escrutínio pela sociedade.

A base legal para essa maior ligação orçamento-planeamento encontra as suas fundamentações na Lei nº1/11 de 14 de Janeiro, a chamada Lei de Bases do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento, que, regendo-se de 10 princípios, contempla nas suas previsões o conhecido princípio da Articulação, que promove os instrumentos de planeamento com orçamento no sentido de que os primeiros tenham a sua expressão financeira contemplada no segundo, o que vem exercendo, naturalmente, um elevado impacto em termos de eficiência alocativa na programação orçamental anual.

Um segundo princípio é o da Integração e Compatibilidade, que mais uma vez, relacionando-se com o Orçamento, orienta a integração para uma ligação e compatibilização das regras de execução das metas financeiras e físicas de planos, programas e acções com as vigentes no OGE, promovendo um maior empenho em termos de melhoria da eficiência operacional ou técnica da despesa pública.

Hoje mais do que ontem, o Orçamento Geral do Estado vem sendo cada vez mais assistido pelo Plano, procurando-se mais e cada vez mais um maior foco nas metas subjacentes aos objectivos de política do Executivo, de tal modo que a dotação orçamental, que é o principal referencial do orçamento, não coloque um carácter complementar aos resultados físicos do PDN 2018-2022, sem que haja, igualmente, perda do interesse financeiro da despesa.

É esta lógica que tem estado a presidir ao Orçamento-Programa sistematizado no OGE, em especial no OGE 2021, tornando tanto o Plano como o Orçamento numa peça única, através da introdução sistemática de segmentos relevantes do plano no orçamento, que efectivamente orientam a tomada de decisão em toda a cadeia do ciclo orçamental.

A Classificação Funcional Programática tem representado um grande avanço na técnica de apresentação orçamental, na medida em que vem permitindo uma maior vinculação das dotações orçamentais aos objectivos do Executivo definidos no âmbito do PDN 2018-2022. Essa lógica de arrumação do orçamento providencia uma visão do que "o que o Executivo compra", trazendo uma comunicação muito mais forte, aberta e bastante diferenciada da lógica tradicional.

Para o ano 2021, o OGE contempla 70 programas, cuja articulação com o PDN 2018-2022 é, de maneira prática, resumida na figura abaixo.

Para o Sector Social, prevê-se um montante de 2,775 mil milhões Kz, contemplando um total de 58 programas, com destaque para o Programa de

Melhoria da Qualidade e Desenvolvimento do Ensino Primário, Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, Programa de Expansão do Abastecimento de Água nas Áreas Urbanas, Sede de Municípios e Área Rurais, Programa de Desminagem, Programa da Habitação, Programa de Melhoria da Assistência Médica e Medicamentosa e o Programa de Combate às Grandes Endemias pela Abordagem das Determinantes da Saúde.

Com a implementação do programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza no OGE/21, o Executivo projecta reduzir a taxa de incidência da pobreza para 25% em 2021. Em 2017, a esta taxa ascendia a 41%.

Uma outra importante meta no âmbito do OGE 2021, é a do aumento da cobertura da assistência médica e medicamentosa dos angolanos; através do Programa de Melhoria de Assistência Médica e Medicamentosa. As expectativas são de que os angolanos tenham um maior acesso e utilização dos serviços de saúde em todos os níveis de atenção tanto ao nível da promoção, prevenção, tratamento e reabilitação. Até 2017, essa cobertura atingiu os 50%. Espera-se que em 2021 esta taxa de cobertura venha atingir os 75%.

O OGE 2021 comporta 34 programas para no domínio económico e das infraestruturas, perfazendo uma despesa prevista Kz 1.089,50 mil milhões. Destacam-se o Programa de Consolidação e Optimização do Sector Eléctrico, Programa de Expansão do Transporte Público, Programa de Fomento da Produção Agrícola e o Programa de Construção e Reabilitação de Infraestruturas Rodoviárias, etc.

Ao nível dos Serviços Públicos Gerais, estão contemplados no orçamento 39 programas, com despesa orçamental Kz 1.829,50 mil milhões. Neste domínio, estão contemplados os Programas para Reforma e Modernização da Administração da Justiça, Melhoria da Gestão das Finanças Públicas, Desenvolvimento de Infraestruturas de Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Plano Nacional de Formação de Quadros, etc.

No programa de Formação de Quadros, prevê-se a operacionalização do sistema de Informação de Registo e Gestão de Quadros sobre os quadros da Administração Local do Estado.

Relativamente ao Sector de Segurança e Ordem Pública, orçado em 707,39 mil milhões Kz, as dotações orçamentais estão distribuídas por 14 programas, com realce para o Programa de Capacitação Institucional e Valorização dos Recursos

Humanos, Programa para Melhoria do Controlo das Fronteiras Nacionais e Imigração, Programa de Reforço do Combate à Criminalidade e à Delinquência.

A abordagem do orçamento-programa não deve ser vista apenas como uma simples forma de apresentação do OGE. Mais do que um agregado de programas orçamentados, este método orçamental faz evidenciar as acções e respectivas metas subjacentes aos objetivos de política do Executivo.

Esta prática de orçamentação vem sendo aprimorada a todos os níveis, quer seja institucional como aos níveis legais e metodológico, e continuará a promover uma melhoria significativa da qualidade da despesa pública, em termos de reforço da eficiência alocativa da despesa assim como da sua eficiência operacional pelas entidades executoras do orçamento.

4.4 Municípios consomem mais de 2mil milhões de Kwanzas

Jornal de Angola

14 De Novembro de 2020

Texto: Alberto Quiluta

O Programa Integrado de Desenvolvimento Local e de Combate à Pobreza (PIDLCP), em Luanda, avaliado em mais de 2,14mil milhões Kwanzas, já consumiu, de Janeiro a Setembro deste ano, o valor de 1,07 mil milhões em projectos sociais.

Segundo a governadora de Luanda, Joana Lína, o programa tem ainda disponível, até ao final deste ano, um valor de 1,15 mil milhões de Kwanzas.

"A execução financeira deste programa na província de Luanda atingiu 54por centos durante os primeiros nove meses do ano", indicou Joana Lina, na abertura do seminário sobre PIDLCP, dirigido aos vice-governadores provinciais, administradores municipais e delegados provinciais do Ministério das Finanças.

Trata -se de um programa da iniciativa do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e visa reforçar as capacidades nacionais e locais, através da coordenação dos diferentes projectos sectoriais, com a finalidade de redução da pobreza nas famílias.

A responsável garantiu haver um alinhamento institucional do processo de planeamento, na execução e monitorização, bem como na avaliação dos projectos municipais inseridos PIDLCP.

Assegurou que, com o plano do combate à pobreza, o país tem criado emprego e contribuído para

amelhoria do ambiente da saúde e segurança nas localidades.

"A boaexecução destes programas vai-nos permitir melhorar os resultados relativos às metas dos objectivos de desenvolvimento sustentável das ações Unidas e da agenda 2063 da União Africana" , explicou.

No âmbito PIDLCP, os municípios recebem, por mês, 25 milhões de kwanzas, para aplicar no sector Social. Entretanto, cinco municípios de Luanda, designadamente Cacuaco. Talatona, Belas, Quissama. Icolo e Bengo apresentaram um resultado positivo.

Para o administrador municipal de Viana, Fernando Manuel, a sua circunscrição, por ser a maior da capital, alberga o maior número de pobres, de acordo com o relatório do Instituto nacional de Estatística (UNE).

Por sua vez, o administrador de Icolo e Bengo, Migue de Alrneida, afirmou que (município efectuou, na fase inicial, a recolha de dados identificação das pessoas em situação de vulnerabilidade de modo a facilitar a implementação dos recursos do referido programa.

Miguel de Alrneida disse ser fundamental aproveitar as aptidões e a inclusão da famílias nos programas produtivos, que visam fortifica a renda das comunidades.

4.5 Estradas, mobilidade urbana em Luanda e centrais fotovoltaicas são prioridades para 2021

Jornal Expansão

20 De Novembro de 2020

Texto: Joaquim José Reis

O Programa de Investimentos Públicos (PIP) inscrito na proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) 2021 sobe 14% face ao orçamentado no OGE 2020 Revisto, passando de quase 1,173 biliões Kz para pouco mais de 1,337 biliões Kz, um aumento que resulta principalmente pela aposta na construção e requalificação de estradas e de pontes, mas também na instalação de centrais fotovoltaicas um pouco por todo o país e no desenvolvimento do transporte ferroviário em Luanda. Com o OGE 2021, o PIP passa de 2.299 projectos para 2.597 (+298), com um custo médio de 515 milhões Kz. Os ministérios e órgãos centrais gerem 739 projectos avaliados em 1,158biliões Kz e os restantes 1.858 estão a cargo dos governos provinciais, e 'valem' 178,6 mil milhões.

Trata-se de uma comparação entre os valores que são orçamentados, pois a execução da despesa nem sempre 'bate' com a previsão. Quanto à execução do PIP noutros orçamentos, o Governo não dá dados. Há uns anos essa execução surgia nos relatórios de fundamentação inserido no quadro Balanço Macro-Fiscal. Dentro desse quadro a execução do PIP surgia nas "Despesas de Capital", na alínea Aquisição de Activos não Financeiros" dos "quais PIP". Como deixou de constar nos relatórios de fundamentação, as únicas comparações possíveis do PIP são OGE a OGE. Assim, face ao orçamento em execução, o PIP para 2021 prevê uma subida de 14% das verbas.

O Ministério da Energia e das Águas continua a ser o que mais gere projectos do PIP, um terço do valor total, tendo cinco dos 10 projectos mais caros do Programa de Investimentos Públicos para 2021, num ranking liderado pela construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca e sistema de transporte associado (vertabela). Apesar dos 'repetentes' Laúca e Caculo Cabaça; que surgem nos OGE desde 2015 e 2010, respectivamente, em 2021 haverá uma clara aposta nas renováveis, já que este ministério tem previstos quase 50 mil milhões Kz para a construção e instalação de centrais fotovoltaicas em cinco municípios: Bié, Lunda Norte, Moxico, Lunda Sul e Benguela.

Obras Públicas destronam Transportes

Já o Ministério das Obras Públicas e do Ordenamento do Território 'destronou' o Ministério dos Transportes no segundo lugar do ranking dos órgãos do Estado com mais verbas do PIP 2021, com um total de 162,8 mil milhões Kz, uma subida de 112% face ao que consta no OGE 2020 Revisto. Cerca de 85% deste valor é para construção e reabilitação de estradas e pontes um pouco por todo o país. A recuperação da Estrada Nacional 120 no troço ponte sobre o rio DandejUígejNegage é a obra mais cara deste ministério. Destaque também para a reabilitação da estrada do rio EquiminajL ucirajen troncamento com a EN 280 e a conclusão das pontes, orçada em 7,3 mil milhões Kz.

A construção do novo aeroporto de Luanda (que já terá custado mais de 6 mil milhões USD) será a obra a cargo do Ministério dos Transportes que mais verbas vai receber, 21,4 mil milhões USD, seguida pela construção das infraestruturas integradas para o desenvolvimento da Baía do Namibe (19,1 mil milhões Kz) e da construção e apetrechamento do novo aeroporto do Mbanza Kongo (15,8 mil milhões). Destaque ainda para a aposta no transporte rodoviário, já que além de 12 mil milhões Kz orçamentados para a construção do ramal ferroviário de ligação da Baía ao novo aeroporto de Luanda, está

previsto um total de 35,4 mil milhões Kz para construção de estações de Kapalanga, Bungo, Baía, Viana, Musseques (nestes quatro últimos casos serão ampliações) e aquisição de veículos ferroviários. O Ministério dos Transportes vê uma redução de 20% nas verbas atribuídas para o PIP 2021, equivalente a 40,1 mil milhões Kz. Já o Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria é o que registou a maior redução, de 59,9 mil milhões Kz, equivalente a quase metade do orçamento para o PIP no OGE 2020 Revisto.

Entre os projectos mais caros do PIP para 2021 volta a estar a implementação dos Programas de Saúde Pública, avaliado em 145 mil milhões Kz no OGE 2020, depois revisto para 4,6 mil milhões na revisão ao orçamento e agora em 86 mil milhões Kz em 2021, projecto sobre o qual se sabe muito pouco, ou quase nada. Este projecto está inscrito no OGE, uma vez que o Executivo considera ser um investimento prioritário, mas o financiamento ainda não está assegurado e, por isso mesmo, está dependente de reservas orçamentais.

Destaque ainda para a reabilitação e ampliação do hangar presidencial, que no OGE ainda em execução 'valia' 46,8 milhões Kz e no PIP 2021 passa a custar 7,3 mil milhões, uma 'valorização' de 15.599%.

Quanto aos governos provinciais, Luanda continua a ser o que gere mais 'kumbu' do PIP, um total de 25,4 mil milhões Kz, com a III fase da revitalização de eixos viários da capital a receber a maior fatia, precisamente 919,7 milhões Kz. Segue-se a aquisição de equipamentos pesados para limpeza urbana (869,7 milhões) e a construção e apetrechamento de um centro de referência no bairro Belo Monte, no Cacucaco (836,8 milhões) como os projectos mais caros.

De acordo com a proposta de OGE 2021, três ministérios não terão qualquer verba para projectos de investimento público no próximo ano, nomeadamente o Ministério da Economia e Planeamento, o das Relações Exteriores e o da Juventude e Desportos. Os Serviços de Informações e Segurança do Estado, os Serviços de Inteligência e Segurança Militar e os Serviços Inteligência Externa, também ficam sem qualquer verba.

A construção e apetrechamento das infra-estruturas administrativas e autárquicas volta a constar no Programa de Investimentos Públicos, apesar de o seu financiamento ainda estar dependente de uma folga orçamental. Tratam-se de 36,4 mil milhões inscritos em Reservas Orçamentais.

Ainda assim, o Ministério da Administração do Território tem previstos 1,7 mil milhões Kz para a construção de infra-estruturas autárquicas em oito províncias: Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Cunene, Luanda, Lunda Sul e Uíge. E tem ainda os 80 milhões para estudos para construção das infra-estruturas autárquicas, precisamente os complexos residenciais administrativo.

4.6 PR autoriza crédito de 25 milhões Kz para Casa de Segurança

Novo Jornal

20 De Novembro de 2020

O Chefe de Estado, João Lourenço, autorizou a abertura de um crédito adicional suplementar no OGE, no valor de 25 mil milhões de kwanzas, para o exercício económico de 2020, para suportar as despesas relacionadas com a Casa de Segurança do Presidente da República.

O montante do crédito adicional deve ser atribuído faseadamente, em função das necessidades de pagamento e após esgotadas todas as verbas atribuídas inicialmente, determinará o Decreto Presidencial.

Noutro decreto, o Presidente da República autoriza, também, a abertura de um crédito adicional suplementar de pouco mais de cinco mil milhões para o pagamento das despesas da Inspeção-Geral da Administração do Estado.

A proposta do OGE para 2021, aprovada esta semana no parlamento, com 127 votos a favor, todos do MPLA, não prevê orçamento para as novas admissões na função pública, mas abre excepções para os sectores da Saúde e da Educação.

Segundo a secretária de Estado para o Orçamento e Investimentos Públicos do Ministério das Finanças, Aia-Eza da Silva, em declarações, esta semana, ao programa "Manhã Informativa" da Rádio Nacional de Angola, um dia antes de o OGE 2021 ser aprovado na generalidade pela Assembleia Nacional, em função das construções de novos centros hospitalares e de escolas pelo PIIM, em várias províncias do País existe a necessidade de estes sectores serem os privilegiados com excepções previstas no OGE 2021.

4.7 Agronegócio exige acções concretas, sem demagogia!

Jornal de Angola

30 De Novembro de 2020

Em Setembro, lemos nas redes sociais um post de um agricultor nacional que passamos a citar, "Um cidadão ou uma empresa que tem tractor próprio, motobomba Lombardini de 5 Kwa (. . .), sistema de abastecimento de água, goiabeiras, abacateiros, mangueiras, etc, etc, gasta diariamente para manter vivo o sonho de produzir mais. Precisa de que tipo de banco ou ajuda? Ou melhor deve com provar quê? Balanço dos últimos três anos, conta na AGT?" O desabafo deste agricultor torna-se hoje mais pertinente de analisar, particularmente por termos lido, na semana passada, que o ministro da Economia 'mandou' os jovens ir para o campo

Actualmente, como no passado recente, o discurso político teima em identificar o sector agrícola como um sector de base. Nos últimos anos, o País fez investimentos avultados em termos de perímetros irrigados e grandes fazendas sem grandes resultados. A solução agora passa por privatizar algumas dessas infra-estruturas.

Porém, o que muitas vezes se perde de vista, na ânsia de se retirar o Estado da actividade económica produtiva, é que o acesso ao financiamento continua a ser um dos grandes constrangimentos dos agentes económicos em Angola. De facto, o "Indicador de Clima Económico" do INE mostra que essa situação perdura há mais de 10 anos! Daí a questão, se quem produz não consegue financiamento, mesmo tendo investido recursos próprios, porque razão o senhor ministro sugeriu aos jovens o agronegócio sem antes criar condições?

Das conversas tidas com especialistas, percebemos que os problemas (e possíveis soluções) são bem conhecidos. Afinal, os vários estudos sobre o sector parecem apontar para a necessidade de se criar serviços de extensão agrária, onde os técnicos possam aconselhar os agricultores no campo, ter no País uma indústria que produza os inputs necessários para se aumentar a produtividade, e vias de acesso que liguem os produtores aos principais centros de consumo e transformação. A mecanização desta actividade vai deixar de ser um problema com a inauguração da linha de montagem de tractores na ZEE.

Temos conhecimento que o BAD vai apoiar algumas cooperativas agrícolas e que o Banco Mundial tem um projecto de apoio à agricultura comercial, dois projectos que poderão dar um novo impulso ao sector. Porém, devido à existência de dificuldades na obtenção de títulos de posse de terras, grande parte dos agricultores vai continuar a ter dificuldades no acesso ao crédito. Este é um problema cuja solução está nas mãos do Chefe do Executivo. Sem que haja uma solução credível, os constrangimentos a nível do acesso ao financiamento vão continuar. Se, por um lado, temos um ministro a "mandar os jovens para o campo", por outro o Executivo não concede título de posse de terras, factor que impede o acesso ao financiamento. É importante que os governantes compreendam que sem o aumento da produtividade no sector agrícola, Angola dificilmente poderá ter uma economia de mercado vibrante.

A actual situação de crise global exige dos países tradicionalmente exportadores o reforço das suas reservas alimentares, deixando muito pouco para os mercados externos. Basta olharmos para o último "Commodity Markets Outlook" do Banco Mundial que nos indica, por ex., que nos mercados globais o preço do milho e do arroz aumentou no período de Julho a Setembro. Este dado para um País importador como Angola faz-nos acreditar que a actual governação não pode continuar alheia a esta situação sob pena de agravar ainda mais a actual crise social. Na Nigéria, um outro país produtor de petróleo, vemos hoje uma revolução silenciosa no que diz respeito à produção agrícola. Tudo indica que, enquanto em Angola as palavras teimam em não resultar em acções concretas, outros países africanos estão empenhados em agir oportunamente.

Para os produtores locais que tenham investido recursos próprios nesta proeza de produzir em Angola, a governação precisa remover os obstáculos no acesso ao financiamento, tal como prometeu o Presidente da República no encontro com a sociedade civil em Junho "os incentivos devem ser dados aos homens e mulheres de negócios que apostem na produção local. Para esses, que sejam removidas todas as eventuais barreiras que ainda persistam, e que tenham prioridade no acesso ao crédito e às divisas, para a importação da maquinaria e matérias-primas de que necessitem". Porém, como assinalámos num outro texto, dada a escassez de recursos os beneficiários precisam de ter incentivos e metas de produção para o mercado local e externo. Claramente que é desejável que os jovens apostem no agronegócio para Angola ter uma recuperação pós-Covid sustentável. Mas isso só será possível se o Executivo estruturar devidamente os apoios necessários e, ao invés de passar um 'cheque em

branco' a quem produz, criar um mecanismo de compulsão, que motive o produtor a aumentar a produtividade e expandir-se para os mercados externos. De contrário é demagogia!

4.8 Estado já vai gastar mais em juros da dívida do que em salários da função pública

Jornal De Angola

30 De Novembro de 2020

Texto: Joaquim José Reis

o valor dos juros a pagar pela dívida pública em 2021 será superior ao que o Estado vai gastar no pagamento de salários da Função Pública, um cenário que esteve para acontecer pela primeira vez este ano, mas que acabou por ser evitado por via da renegociação da dívida com os seus principais credores. Assim, este cenário acabou por ser corrigido por via da revisão ao OGE 2020.

Já se sabia que há alguns anos que se pagava mais em juros da dívida pública do que aquilo que se gastava em Educação e Saúde juntas, uma tendência que foi crescendo à medida que o sector petrolífero foi afundando. Para se ter uma ideia, o pagamento de juros não pára de subir desde 2013, ano em que foram registados escassos 99 mil milhões Kz, para os 2,6 biliões Kz agora inscritos no OGE 2021, um salto de 2.500%.

Em 2013 o Estado gastava oito vezes mais em Saúde e Educação juntas do que em juros da dívida, mas hoje a situação é completamente diferente. Em 2021, vai-se gastar 700 mil milhões Kz a mais de juros em relação ao que se gasta nestes dois sectores sociais (ver tabelas). Só a Educação sozinha 'vale' 6,8% do total da despesa e a Saúde vale 5,7%. Angola está ainda muito longe de cumprir o compromisso que assumiu aquando da assinatura da declaração de Abuja, que recomendava aos países que dediquem à saúde pelo menos 15% das despesas dos seus orçamentos. E até tem regredido já que a função saúde já teve mais peso nos OGE.

Ainda assim, no conjunto, a Educação e a Saúde valem 13% do OGE 2021, enquanto a Defesa, Segurança e Ordem Pública, que vão consumir 1,3 biliões, valem 9%.

Que já se gastavam aí sem juros que em Saúde e Educação não é, por isso, uma novidade, mas o facto de agora se gastar mais em juros do que em salários evidencia o crescimento desta tendência de que os orçamentos são altamente penalizados pelo serviço da dívida. Agora, os juros da dívida também superam

os gastos em salários da função pública por parte daquele que é o maior empregador do País: o Estado. Ainda assim, num ano em que novas admissões na função pública não serão permitidas, a verba destinada ao pagamento de salários dos funcionários públicos cresce 13% face ao OGE 2020 Revisto para 2,5 biliões Kz.

Para o investigador Fernandes Wanda, da Universidade Agostinho Neto, é tempo de se perceber melhor a origem da dívida pública angolana, até para melhor se justificar "e as pessoas aceitarem melhor "esse sacrifício a que os funcionários públicos estão a ser sujeitos", sem aumentos salariais ou progressões nas carreiras. "Tudo isto, claro, depois reflecte-se na fraca qualidade do serviço prestado, na corrupção, enfim, nos males que conhecemos", sublinha. As operações de dívida pública continuam a ser o principal sorvedor de dinheiro do Estado já que é para juros e amortizações que serão canalizados 56% do total do OGE 2021, o que contrasta com os 52,5% que constam no OGE 2020 Revisto.

Receita 'vive' de endividamento

A proposta do Orçamen to Geral do Estado para 2021 tem receitas

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Participação nos municípios, dilemas avanços e recuos (I)

Novo Jornal

13 De Novembro de 2020

Texto: Belarmino Jelembi

Em Angola, um país diversificado devido à sua história e características socioculturais, o percurso de busca pela participação tem sido marcado, nalguns momentos, por lutas. Antes da Independência Nacional, o colonialismo português, através das suas leis e práticas de redução do valor do indivíduo nativo, criou representações que deixaram legados negativos no exercício da participação. Com a conquista da Independência, abriu-se no País uma nova era. Se é verdade que os angolanos conquistaram vários direitos, protagonizando uma mobilidade social notável, também é certo que o regime de partido único limitou a participação, atrofiou a cidadania e excluiu largas margens da sociedade. Pode mesmo considerar-se que, a par do que acontece em vários países africanos, muitos angolanos adquiriram a condição de eleitor muito mais cedo do que a condição de cidadão (no sentido formal de possuidor de bilhete de identidade).

A transição multipartidária marcou um conjunto de mudanças que ocorreram no País pela possibilidade de abertura do espaço público, com o surgimento de vários partidos políticos, associações cívicas, sindicatos, rádios, jornais privados e ONG. Estas últimas, ao mesmo tempo com acção no campo humanitário, foram dinamizadoras de novas arenas de discussão dos assuntos de interesse local e nacional, bem como impulsionadoras da chamada sociedade civil angolana.

No que respeita às dinâmicas da sociedade civil, para além das ONG, num período mais recente, há a salientar o surgimento de grupos teatrais de intervenção social; o movimento de grupos de música rap, também de intervenção social; os movimentos de jovens activistas, alguns conhecidos por "revolucionários" (dos quais se destaca o integrado pelos jovens do processo apelidado de 15+2 quinze mais duas); as associações de moto-táxi, vulgo kupapatas e de taxistas, com crescente presença na sociedade, grupos feministas e individualidades. Estes diferentes actores e mecanismos de actuação,

acrescidos do peso das redes sociais na circulação de informação, podem ser considerados novas formas de ocupação do espaço público.

A nível local, a estruturação de mecanismos de participação funcionais tem enfrentado grandes desafios, o que pode explicar, em parte, o insucesso de determinadas políticas públicas de desenvolvimento municipal. Na literatura, abundam exemplos demonstrativos de que elevados níveis de engajamento dos cidadãos, contribuem de modo decisivo para a efectividade dos programas e, em contextos como o de Angola, com uma longa história de diferentes formas de exclusão, os elevados níveis de participação representam oportunidades de inclusão e reconciliação nacional. Ao longo dos anos de Independência, foram estruturados mecanismos de participação protagonizados pelas administrações municipais e por organizações de cidadãos. De entre os espaços dinamizados por entidades não-estatais, destaca-se o Encontro das Comunidades, uma plataforma dominada por pequenos agricultores, surgida na década de 90 da ONG ADRA, com vista a favorecer diálogo e negociação entre a administração local do Estado e as organizações comunitárias; contribuir para a afirmação de instituições comunitárias que possam funcionar como espaços de participação cidadã e vivência democrática. Estes encontros ocorrem em 26 municípios de seis províncias. O encontro das comunidades tem-se mostrado como um espaço de reforço de organizações locais, desde as associações de camponeses às organizações como as uniões de associações e cooperativas, com uma dimensão municipal e uma articulação que se estende para outros municípios e províncias. É dos poucos (nalguns casos, o único) espaços no município onde as administrações municipais discutem os programas em implementação, sem estar na condição de comando (diferentemente do que acontece nos Conselhos de Auscultação e Concertação Social-CACS).

5.2 Deputados dão mais um passo no sentido das autarquias

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2020

Texto: Adelina Inácio

O ministro da Administração do Território, Marcy Lopes, considerou, ontem, em Luanda, que, com a aprovação da Lei sobre o Regime e Formulários dos Actos da Autarquia Local, o país “marca mais um passo” na criação de condições legais e materiais

para, num futuro próximo, serem convocadas e realizadas eleições autárquicas.

Ainda assim, Marcy Lopes, que falava à imprensa, no final da provação da lei, disse ser extemporânea a indicação de uma data para a realização das eleições autárquicas. “É prematuro (avançar uma data) porque o Pacote Legislativo Autárquico não está concluído. Por isso, torna-se difícil fazer uma previsão da data exacta para a convocação das eleições autárquicas”, sustentou.

O ministro realçou o facto de algumas propostas de Lei do Pacote Autárquico terem sido aprovadas por consensos. Outros diplomas sobre as autarquias, disse, estão na Assembleia Nacional para agendamento, discussão e votação final.

Marcy Lopes informou que, no âmbito das autarquias, várias actividades de carácter material estão a ser realizadas, como são os casos dos projectos do Plano Integrante de Intervenção nos Municípios (PIIM), que visam a criação de condições para que as futuras autarquias tenham locais adequados para funcionarem.

A Lei sobre o Regime e Formulários dos Actos da Autarquia Local foi aprovada com 180 votos a favor, nenhum contra, nem abstenções.

O deputado Boaventura Cardoso, do grupo parlamentar do MPLA, considerou o diploma um instrumento legal para a organização e funcionamento das autarquias e a materialização do poder local autárquico.

Para o deputado, a autarquia passará a ser um ente novo na vida dos cidadãos e, por isso, o Executivo propôs a aprovação daquela lei que, na sua óptica, vai colmatar uma lacuna no que diz respeito à forma que devem revestir os actos dos diversos órgãos daquele poder local.

O deputado Simão Dembo justificou o voto favorável do grupo parlamentar da UNITA por acreditar que “todos os passos legais conducentes à materialização do pleno exercício da democracia participativa merecerá toda a atenção” do seu partido.

O também vice-presidente da UNITA sublinhou que, apesar de o partido ter votado favoravelmente, a lei em causa não determina a institucionalização e a realização das eleições autárquicas, embora reconheça que representa “um passo em frente”. Com o voto a favor, esclareceu, a UNITA pretende exigir o agendamento da Lei das Institucionalização das Autarquias para o próximo mês e a realização das autárquicas, em 2021.

Alteração ao Código Comercial

Ainda ontem, a Assembleia Nacional aprovou, na generalidade, a Proposta de Lei de Alteração ao Código Comercial. O diploma visa simplificar os procedimentos burocráticos para a constituição das empresas, deixando de existir a obrigatoriedade do registo junto das conservatórias de registo comercial, mas na própria sociedade comercial.

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, que apresentou o diploma, disse que o que se pretende é a melhoria do ambiente de negócios e atrair mais investimento privado e criar mais empregos.

Francisco Queiroz garantiu que a alteração à lei vai, igualmente, melhorar a vida interna das sociedades comerciais.

O Parlamento aprovou, ainda, na generalidade, a Proposta de Lei sobre o Regime Jurídico do Cadastro Predial. O ministro da Construção, Manuel Tavares de Almeida, que apresentou o diploma no Parlamento, disse que o Cadastrado Predial é indispensável para o desenvolvimento nacional, devendo ao Estado ser atribuída toda a responsabilidade no domínio cadastral.

Os deputados voltam a reunir, hoje, para, entre outros diplomas, discutir e votar a Proposta de Lei do Regime de Actividades das Instituições Financeiras e os Projectos de Resoluções que aprovam os Planos de Trabalho das Comissões Especializadas da Assembleia Nacional.

5.3 Participação nos municípios dilemas, avanços e recuos (II)

Novo Jornal

20 De Novembro de 2020

Trata-se de um formato em que os membros das administrações estão, portanto, sujeitos ao escrutínio popular, permitido pela constante interacção entre sujeitos colectivos, de facto, e o poder legitimamente instituído.

Este encontro complementa algumas das funções dos conselhos de auscultação dirigidos pelos administradores municipais, uma vez que naqueles espaços são convidados, na lógica do “invited space” abordado pelo cientista político americano Robert Putnan, e segue as regras estabelecidas pelos “donos” do espaço que, maioritariamente, são pequenos agricultores, ou seja, o espelho da esmagadora maioria da população do município.

Este perfil de espaço tenta superar a crítica apontada às várias iniciativas de diálogo local ocorridas, relativamente à representação dos agricultores que são a maioria do município. Estes dois espaços em funcionamento (em complementaridade) alargam a participação e podem materializar, a nível local, elementos do modelo de democracia consensual.

Por outro lado, a constatação de que os mecanismos formais do Estado são ainda limitados, a democracia formal incapaz de atender às necessidades concretas das populações e as eleições insuficientes para concretizar a participação, no caso de países em situação de pós-conflito e em desenvolvimento, como é Angola, deve conhecer-se e entender as dinâmicas organizativas locais (promotoras do engajamento de grupos que, de outra forma, estariam excluídos), para que sejam adoptadas medidas políticas, no sentido de maximizar o seu potencial de contribuição para o desenvolvimento local.

Este espaço pode concretizar ainda o preceito constitucional relativamente a um dos pilares do poder local, nomeadamente "as outras formas de participação dos cidadãos" (CRA/2010, artigo 213.º, nº2). Pode ser adaptado para outros municípios, uma vez que a diversidade do País sugere a adopção de estratégias diferenciadas para materializar a ideia de participação dos cidadãos no contexto do poder local.

É claro que a longa tradição de governação top down - de cima para baixo - do País exige um processo de aprendizagem quato aos métodos participativos. Também é certo que a articulação do encontro das comunidades com outras formas de participação - reguladas por lei - representa uma das formas de materializar a governação com o cidadão, em vários contextos de Angola. Para isso, torna-se essencial que, nas diferentes iniciativas de políticas públicas, sejam considerados e estimulados, permitindo, assim, que as pessoas e grupos se sintam encorajados a participar e a contribuir com o seu conhecimento e experiência da realidade. Portanto, pode-se considerar que, apesar dos diversos obstáculos, a nível local emergiram actores e espaços que podem jogar papel importante na estruturação de um modelo de governação local concertado e descentralizado.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 800 moradias da Centralidade estão destinadas à juventude

Jornal de Angola

8 De Novembro de 2020

Texto: Miguel Ângelo e Justino

Victorino

Trinta por cento das moradias da Centralidade da Caála, no município homónimo, na província do Huambo, estão destinados aos jovens na Função Pública, empresas privadas ou filiados em associações.

A quota destinada à juventude corresponde à 800 das 4.001 moradias da centralidade, inaugurada, ontem, pela ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, no âmbito dos 45 anos de Independência Nacional, a assinalar-se no dia 11 deste mês.

A Centralidade da Caála, a 23 quilómetros da cidade do Huambo, orçada em mais de 500 milhões de dólares, vai albergar mais de 28 mil moradores.

As moradias da centralidade, baptizada com o nome de Fernando Faustino Muteka, antigo governador do Huambo, vão ser comercializadas em diferentes regimes, como arrendamento, renda resolúvel, pronto pagamento e pagamento em 50 por cento, com o restante a ser liquidado em cinco anos.

Na distribuição de quotas, o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, através do Instituto de Gestão Habitacional, atribuiu, à Função Pública, 2.800 moradias, correspondente a 30 por cento.

Às empresas públicas e privadas foram atribuídas 600 moradias (15%) e gestão de emergência, 400 (10%), enquanto os antigos combatentes e veteranos da pátria e pessoas portadoras de deficiências ficaram com 5 por cento cada uma, o equivalente a 200 moradias.

Ao usar da palavra, a ministra de Estado para a Área Social reafirmou que o desenvolvimento humano continua a ser uma das prioridades do Executivo, sendo disso prova a inauguração da Centralidade da Caála. A nova cidade, disse, vai permitir a milhares de famílias concretizarem, pela primeira vez, o sonho da casa própria, elevando, em simultâneo, o acesso à

educação, assistência sanitária e outros serviços com melhor qualidade.

Carolina Cerqueira apelou aos cidadãos que se juntem ao esforço colectivo pela inclusão e coesão sociais, sublinhando que o Estado, em parceria com as empresas, cooperativas agrícolas e outras organizações, deve promover o emprego dos jovens, de modo a “engradecer o nosso país”, com tranquilidade e estabilidade.

“O desemprego e a pobreza são duas lutas que teremos de vencer”, declarou a ministra de Estado, para quem estes desafios são ultrapassáveis, havendo uma convivência entre os angolanos, “com o reforço do sentimento patriótico”, alicerçado no respeito pelas instituições do Estado e dos símbolos nacionais.

Defendeu que “as novas gerações precisam de assimilar valores, como dignidade, tolerância, solidariedade, respeito à diferença, liberdade e justiça. Disse serem estes os factores que ajudarão o país a progredir, diminuindo as diferenças sociais, e reforçar o “sentimento de unidade nacional”.

A centralidade da Caála começou a ser construída em 2011, cabendo a Fernando Faustino Muteka, à época governador da província do Huambo, o lançamento da primeira pedra. Daí a razão para a atribuição do seu nome ao empreendimento.

Além da Centralidade da Caála, a província do Huambo tem outra, a do Lossambo, nos arredores da cidade.

6.2 Fomento e apoio ao acesso habitacional

Jornal de Angola

8 De Novembro de 2020

Texto: Miguel Ângelo e Justino

Victorino

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território garantiu, ontem, no município da Caála, o compromisso do Executivo no fomento e apoio ao acesso à habitação, sobretudo aos mais jovens, nas novas urbanizações que estão a ser construídas em todo o país.

Manuel Tavares de Almeida, que falava no acto de inauguração da Centralidade da Caála, realçou que o acesso à habitação é um dever consagrado na Constituição, visando “salvaguardar a dignidade da pessoa humana”, constituindo, por este facto, uma das tarefas prioritárias do Executivo constantes no Programa de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

“Hoje provamos, mais uma vez, no município da Caála, como nas demais províncias do país, o engajamento e o compromisso do Estado na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, dando a oportunidade de acesso às novas urbanizações aos jovens desta região planáltica, não obstante as dificuldades que os mesmos enfrentam, no que toca à falta de habitação”, disse.

A inauguração da Centralidade da Caála, segundo perspectiva da direcção do Instituto de Gestão Habitacional, vai gerar 2.500 empregos directos e indirectos, na manutenção operacional, incluindo a actividade comercial nas 280 lojas construídas.

Na cerimónia, jovens, ouvidos pelo Jornal de Angola, manifestaram-se “eufóricos e orgulhos” com a inauguração da Centralidade, realçando que “irá resolver o problema de milhares de pessoas”, em termos habitacionais e de emprego, pelo que exortam a mais facilidades nas modalidades de acesso.

Adriano Adolfo e António Pedro Isaac, funcionários da Administração Municipal da Caála, sublinharam que “é sonho de todo jovem ter casa própria”, pelo que vão aguardar pelo período de comercialização das habitações para formalizarem as candidaturas.

Os dois jovens acreditamos que a Centralidade da Caála trará muitos ganhos.

6.3 Dezena de ex-militares recebem casa sociais

Jornal de Angola

9 De Novembro de 2020

Texto: Venâncio Victor

Pelo menos dez famílias de ex-militares receberam, no fim-de-semana, em Marímba, a 210 quilómetros da cidade de Malanje, casas sociais, construídas no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

As casas, entregues aos proprietários pelo governador de Malanje, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", no âmbito das festividades do 45º aniversário da Independência Nacional, a assinalar-se quarta-feira, foram construídas na regedoria de Marimba Nzenza.

Construídas no quadro de um projecto habitacional denominado "Distante mais Próximo", que visa a melhoria das condições de habitabilidade dos ex-militares, as casas estão avaliadas em 36 milhões de kwanzas. O projecto prevê igualmente a construção de doze casas sociais no bairro Ngola Muínga, cuja

primeira pedra foi colocada pelo governador Norberto dos Santos.

A construção das casas sociais conta com a participação da comunidade, segundo o administrador municipal da Marimba, João António Manuel.

Outros projectos

No âmbito do repovoamento bovino foram entregues 59 cabeças de gado a ex-militares, nas regedorias do Xíquita, Camana Mbande, Ngola Muínga, Marimba Nzenza e Nguengo.

O administrador municipal da Marimba destacou igualmente outros projectos que visam a reintegração social e profissional, como ciclos intensivos de formação profissional nas especialidades de serralharia e corte e costura, destinados a jovens descendentes de ex-militares, que receberam kits profissionais.

João Manuel disse que a administração mandou construir e entregou a ex-militares seis tanques de piscicultura nas regedorias de Marimba Nzenza e Ngola Muínga, com mil alvinos cada um. O projecto, acrescentou, ficou orçado em 3,5 milhões de kwanzas, do fundo do Programa de Combate à Pobreza.

Destacou ainda a construção de duas moagens nas localidades do Xíquita e Ngola Muínga, com capacidade para processar 300 quilogramas de fuba de bombo, orçadas em cinco milhões de kwanzas cada.

Educação e Saúde Ainda no quadro do Programa Municipal de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza, a sede municipal da Marimba ganhou no sábado uma escola para o 1º ciclo do ensino secundário, com 12 salas de aula, orçada em 42 milhões de kwanzas e com capacidade para albergar mais de 270 estudantes.

O sector da Educação conta com uma rede escolar composta por 48 salas de aula e 210 professores. Para o presente ano lectivo estão matriculados mais de mil alunos, da iniciação à 12ª classe.

No sector da Saúde foi inaugurado um depósito de medicamentos e laboratório de análises clínicas, visando a melhoria da assistência médica e medicamentosa.

O município da Marimba conta com dez unidades sanitárias e 38 técnicos de saúde, sendo necessários mais 150 técnicos.

O administrador de Marimba garantiu que vão continuar a ser desenvolvidos esforços no sentido de melhorar as condições de vida da população, apesar das dificuldades causadas pelo mau estado da estrada, que vai recebendo obras de terraplanagem, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios.

O governador provincial de Malanje, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", pediu a população para cuidar do gado e das infra-estruturas de impacto social postas à sua disposição, para o bem estar comum.

Kwata Kanawa apelou às demais administrações municipais para, no âmbito do programa de combate à pobreza, adoptarem o modelo de casas do projecto "Distante mais Próximo", que está a ser implementado em Marimba, tendo em vista a melhoria das condições de habitabilidade.

O governador da província de Malanje recomendou à Administração Municipal a melhoria da estrada, com a colocação de passagens hidráulicas por ser uma zona onde chove muito para garantir a mobilidade.

6.4 FFH 'esconde' valor das dívidas dos moradores das casas

Jornal Expansão

13 De Novembro de 2020

Texto : Faustino Dlogo e Martins

Chambassuco

O valor da dívida dos moradores das centralidades construídas no País continua no segredo dos deuses. Apesar das várias tentativas feitas pelo Expansão junto do Fundo de Fomento Habitacional, não foi possível apurar o montante em falta, mas sabe-se que mais de metade dos beneficiários têm dívidas, sobretudo nas centralidades comercializadas antes de 2019.

O Expansão apurou que os funcionários públicos representam parte considerável do incumprimento no pagamento das casas das centralidades.

"A maioria das habitações pertence aos funcionários públicos, que têm sido contemplados pelas suas instituições. Sem medo de errar, posso afirmar que mais de metade da dívida é destes trabalhadores", revela uma fonte do ministério da tutela ao Expansão.

"O problema está na forma de pagamento. A estes funcionários não é debitado directamente nos salários o valor da prestação mensal. É com base numa instrução que dão ao banco e a relação entre o fundo

e o banco não tem funcionado como deveria", concluiu.

No entanto, de acordo com a instituição afecta ao Ministério da Construção e Ordenamento do Território, os beneficiários que registem atrasos no pagamento das suas prestações, por se encontrarem em dificuldades, podem optar pelo diálogo para uma resolução amigável da situação. Caso contrário, serão "accionados os mecanismos saneatórios previstos nos contratos e legislação aplicável".

Recentemente, o Executivo alargou para 30 anos o tempo máximo de pagamento destes imóveis, independentemente da idade do beneficiário, contrariamente ao que acontecia até então. No entanto, fonte do sector imobiliário considera que o incumprimento no pagamento das habitações das centralidades resulta do Estado estar a praticar o regime de renda resolúvel, que deveria ser uma opção para os agentes privados.

"O Estado não deveria vender imóveis no regime de renda resolúvel, porque dificilmente recupera o investimento feito que muitas vezes é obtido através de endividamento externo. O Estado deveria apostar na infra-estruturação de terrenos. Este regime de renda resolúvel deveria ser praticado pelas imobiliárias e os cidadãos teriam que recorrer a um empréstimo bancário para aquisição das suas habitações", disse.

Nova centralidade do Huambo vai receber 28 mil famílias

Cerca de 28 mil famílias vão habitar a nova urbanização inaugurada no âmbito dos 45 anos de independência nacional. O empreendimento começa a ser habitado antes do final do ano e a prioridade vai para a função pública.

A centralidade da Caála, baptizada com o nome de "Fernando Faustino Muteka", na província do Huambo, conta com 4 mil habitações, das metade serão atribuídas aos funcionários públicos (39%) e aos jovens (20%).

Os restantes 2 mil imóveis serão repartidos em 15% para o público em geral, 15% para as empresas públicas e privadas, 10% como reserva de emergência do Estado, 5% serão destinadas aos antigos combatentes e 5% para os deficientes físicos.

Uma fonte do Ministério da Construção e Ordenamento do Território garante que a medida vem definida no novo Regime de Acesso às Habitações Construídas com Fundos Públicos, aprovado pelo decreto Presidencial 278/20, de 26 de

Outubro, que estabelece as novas regras de direito dos cidadãos a habitação que integra o património imobiliário do Estado.

Inaugurada recentemente, pela ministra de Estado para o Sector Social, Carolina Cerqueira, a centralidade "Fernando Faustino Muteka", um projecto desenvolvido pela imobiliária KORA Angola, conta com 4001 unidades habitacionais, 240 espaços comerciais e infra-estruturas totalmente equipadas.

A ministra reconheceu, entre os inúmeros desafios do Governo, que a habitação é um direito de todos e a nova centralidade é o resultado das políticas públicas que visam a melhoria das condições devida da população.

O *Expansão* apurou de fonte segura que a comercialização deverá arrancar apenas assim que estiverem concluídos os aspectos técnicos da realização do sorteio para o público em geral e finalizados os contratos.

6.5 Irregularidades no mercado imobiliário angolano

Jornal Expansão

13 De Novembro de 2020

À luz do processo revolucionário então em curso, quem se ausentasse de Angola, por mais de 45 dias, sem qualquer autorização passada por entidade pública competente, perdia a favor do Estado os seus bens imóveis.

Foi por causa desta lei, que o Estado angolano, num ápice, se tornou proprietário de centenas e centenas de imóveis que davam corpo às maiores cidades do País, demunícipios, comunas, vilas e larejos estendidos pelo território nacional afora. Para agravar o quadro, no âmbito das políticas habitacionais da época, por intermédio do Ministério da Construção e da Habitação, o Estado angolano construiu de raiz um considerável número de fogos habitacionais, como são conhecidos, por exemplo, os "prédios dos cubanos".

Tanto os primeiros, os que ingressaram para a esfera patrimonial do Estado por via do confisco, como os que foram por ele, Estado angolano, construídos, a posteriori, foram arrendados aos seus ocupantes, tendo, para tanto, se institucionalizado a Secretaria de tucionalizado a Secretaria de Estado da Habitação, que procedia à gestão deste vasto património imobiliário que, repete-se, havia ingressado para a

esfera patrimonial do Estado por via do confisco e da construção directa.

Mais tarde, com a falência das políticas de economia centralizada, o Estado angolano, deu início a um processo inverso, o de privatização ou alienação (venda) do seu património imobiliário, tendo, para tanto, criado a Comissão Nacional para a Venda do Património Habitacional do Estado, por intermédio da conhecida Lei 19/91, de 19 de Maio. Porém, e não deixa de ser curioso, até hoje grande parte dos imóveis ainda se encontra numa situação dúbia, na medida em que a maioria dos ex-inquilinos da Secretaria de Estado da Habitação que se haviam candidatado para compra dos imóveis, até hoje, não possuem o título que comprova a propriedade do imóvel.

Com a Comissão Nacional para a Venda do Património Habitacional do Estado entrou no "léxico" do negócio imobiliário em Angola um documento chamado "de" Termo de Quitação", cuja força e validade jurídica até hoje se encontra por esclarecer. Para muitos, o "Termo de Quitação" é uma mera factura, que comprova ter, determinado inquilino, pago o valor pela venda de um imóvel. Para outros, o "Termo de Quitação" é um mero contrato pro messade compra e venda.

Seja o que for, o "Termo de Quitação" não é uma escritura de compra e venda. Não tem valor de escritura pública de compra e venda.

Ora, e como se sabe, a compra e venda de bens imóveis só é válida quando celebrada por escritura pública; assim impõe o art. 875.º do Cód. Civil. O que pressupõe dizer, por outras palavras, que o negócio de compra e venda de bens imóveis que não tiver por base um contrato de compra e venda é nulo, e, como tal, não produz os efeitos jurídicos que as partes desejariam.

Em Angola, agravada com a falta de cultura jurídica dos cidadãos, reforçada com o silêncio de instituições de direito, como a Ordem dos Advogados de Angola, como a Associação dos Bancos de Angola, Procuradoria-Geral da República, Provedoria Geral da República e outras instituições e associações públicas, os cidadãos andam convencidos que a posse do "Termo de Quitação", documento passado pela Comissão Nacional para a Venda do Património Habitacional do Estado, faz deles proprietários. Mas não!

Essa situação de venda de bens imóveis mediante documento impróprio, o tal "Termo de Quitação" é um dos grandes constrangimentos de que padece o ambiente de negócios em Angola. Como se sabe, um

apartamento, vivenda ou uma residência não é apenas o lugar onde se encontra domiciliada uma determinada família. É muito mais do que isso.

Um imóvel, como se sabe, quando transaccionado mediante documento próprio (escritura de compra e venda) pode ser usado, desde que registado, para a constituição de uma das mais importantes garantias: a hipoteca.

Em Angola, se os ex-inquilinos da Secretaria do Estado da Habitação, e que se candidatarão à compra dos respectivos imóveis tivessem em sua posse contratos de compra e venda dos bens imóveis adquiridos ao Estado, muitas seriam as famílias que teriam acesso ao crédito bancário; tal é a importância das hipotecas na concessão de crédito. O ambiente de negócios, quer no sector imobiliário, quer no sector bancário estaria ao nível das economias mais modernas. O Estado garante e muito com a tributação que se proceda quer pela detenção de riqueza imobiliária quer pela sua transação. Porém, assim não acontece.

Esta situação constitui uma flagrante violação ao direito de propriedade dos cidadãos angolanos; quando a Constituição da República atesta, no seu art.º 37º, que o Estado respeita e protege os direitos de propriedade e demais direitos reais das pessoas singulares, colectivas e das comunidades locais..."

Ora, um Estado que respeita a propriedade privada, no que se refere à propriedade imobiliária, deve criar as condições para que estes negócios se processem mediante escritura pública de compra e venda e, mais do que isso, deve criar condições para que essas aquisições sejam registadas nas conservatórias do registo predial assim como inscritas nos bairros fiscais competentes.

Só assim se poderá elevar e criar um ambiente de negócios de que tanto o País precisa para a criação de riqueza, emprego e redistribuição efectiva da renda. É, pois, de apelar às instâncias públicas envolvidas nestas matérias que se pronunciem; que os ministérios da Justiça, das Finanças, do Urbanismo, Construção e Habitação da República de Angola, coloquem estes assuntos na pauta das prioridades, cuja solução se espera venha acontecer no curto ou médio prazo.

A Ordem dos Advogados de Angola, sabiamente dirigida por Luís Paulo Monteiro, deve criar palestras, debates para que os cidadãos saibam dos seus direitos decorrentes da transacção de coisas imóveis; a PGR e a Associação de Bancos de Angola, a Abane também se devem pronunciar a este respeito.

Enfim, toda a sociedade não continuar impávida e serena quando atropelos como estes acontecem e ainda assim se tem a veia de se falar na melhoria do ambiente de negócios, quando os desígnios de uma lei pública em 1991 "Lei Para a Venda do Património Imobiliário", 29 anos depois, ainda se encontram por cumprir.

6.6 Jefran procura soluções de quesitos com os seus clientes

Jornal Manchete

14 De Novembro de 2019

Informações postas a circular em círculos de comunicação, indicam que mais de 900 milhões de Kwanzas (valor calculado ao câmbio de 150 Kwanzas por 1 USD) e mais de 250 mil USD são os montantes apurados por alguma instituição do Estado que estão na base de conflitos entre a Jefran e mais de 350 famílias, dirigida pelos senhores Francisco Silva e Gerson Silva, num processo de construção e venda de residências a pronto pagamento e em renda resolúvel,

Apesar dos clientes ou pretendentes a clientes alegarem terem cumprido com os pagamentos acordados no contrato de adesão, a empresa ainda não honrou com os compromissos de entrega das residências, alegadamente já pagas. Os queixosos, junto das instituições do Estado, dizem que a Jefran não entregou as casas e está vendendo-as ao Ministério do Interior, tendo o corte da fita das vilas, sido feito pelo então Ministro Ângelo da Veiga Tavares, habitações que já haviam sido compradas por outros clientes.

Os casos começaram em 2012, altura em que o sonho da casa própria começou a ser transformado em pesadelo para centenas de cidadãos que encontram - se ainda hoje aflitos por não saberem como fazer para reaver o dinheiro conseguido com muito sacrifício, alguns recorrendo a crédito bancário, enquanto outros foram vendendo bens para conseguirem um tecto condigno. Mesmo havendo a intervenção do INADEC, alegam os queixosos, que pedem o anonimato, o processo para a resolução tem caminhado a passo de camaleão, algo que aos olhos dos lesados não está bem. Devido a morosidade do processo, alguns têm receio que possam não voltar a ver os seus valores, nem tão pouco as casas, enquanto que os fornecedores destes serviços andam à vontade.

Desde o início desta situação, segundo estes, vários casos de doenças cardio-vasculares e do sistema nervoso têm sido diagnosticados entre os lesados e seus familiares, sendo que há relatos de que um dos casos levou a morte de uma pessoa. Segundo consta, de várias tentativas feitas pelos lesados junto da empresa Jefran, para a resolução da situação, nenhuma surtiu o efeito desejado, porque os responsáveis dizem-se intocáveis, ao ponto de continuarem a comercializar habitações em várias províncias de Angola sem que sejam entregues aos proprietários sem que nada os acontece e, conseguiram ainda que alguns lesados ficassem detidos pela polícia a pedido da direcção da empresa.

Incumprimentos contratuais, burla, abuso de confiança, sonegação fiscal, ocupação ilegal de terrenos, venda de uma mesma residência a mais de um comprador, roubo e destruição de documentos comprova ti vos de pagamentos das prestações, contas e pagamentos fictícios, super facturação, alta taxa de câmbio acima da imposta pelo BNA e ajustada consoante a critérios próprios da Jefran, são apenas algumas das situações que os lesados apontam a gestão danosa que há na empresa Jefran.

Neste momento apenas pedem que os órgãos de justiça façam o seu trabalho e que o que é devido seja restituído com as devidas compensações legais e que os responsáveis sejam punidos.

A JEFTRAN REBATE

Uma equipa do jornal Manchete dar empregos directos e indirectos e nunca tivemos apoio do Estado, tanto é que não compreendemos como é que os discursos dos dirigentes incentivam o povo ao empreendedorismo, entretanto sem apoios. Por outro lado o INADEC, depois de algumas reclamações dos clientes, notificou a empresa e solicitou o encerramento de alguns dos nossos escritórios e mesmo assim nos obrigam a ressarcir danos, isto é difícil, na medida em que se entende, como se alguém lhe pedisse para ir ao seu encontro mas te proíbe de andar. Com os escritórios encerrados, temos dificuldades em resolver o assunto, mas estamos dispostos e abertos ao diálogo': "Nós achamos que este caso não é do INADEC por não se tratar de consumidores, pelo facto destes nem sequer terem terminado com os pagamentos': "Vocês podem voltar a publicar os nossos comunicados de imprensa" "Mais, vale perdoar um culpado do que condenar um inocente"

Na próxima edição, o Manchete garante trazer mais subsídios em relação ao assunto, incluindo a versão do INADEC. contactou a empresa Jefran para ouvir a sua versão em relação as acusações feitas, Sr.

Francisco, o representante legal da empresa teceu as seguintes declarações: "todos os lesados têm o direito de reivindicar os seus direitos, mas nós, desde 2015 que enfrentamos dificuldades de ordem conjuntural, fruto da crise que assola o país, pois, se lembrarem bem, houve um período em que nem cimento havia sequer, nos mercados nacionais e nesta altura, nós também perdemos a capacidade de avançar com as actividades. Nós estamos dispostos a receber as pessoas que se sentem lesadas e sabemos que muitos destes que reivindicam suas casas, não pagaram todas as prestações, alguns até contribuíram com 100 mil, 500 mil ou mesmo 1 milhão de kwanzas e já pretendem receber as casas. O projecto é de venda resolúvel, mas existem mais de 2 mil e 500 famílias a residirem nas casas e sem capacidade de concluir o pagamento do remanescente, incluindo órfãos e viúvas e nós não despojamos ninguém, ao contrário procuramos negociar novas modalidades de resolução do problema. Este projecto, continuou, foi elaborado por angolanos interessados em contribuir para vender casas condignas aos angolanos iguais,

6.7 Fundo imobiliário do BE quer arrecadar 25 mil milhões Kz

Jornal Expansão
20 De Novembro de 2020
Texto: Joel Costa

O Económico Fundo de Investimento, sociedade gestora de fundos detida maioritariamente pelo Banco Económico lançou esta semana 250.000 unidades de participação cuja unidade está a ser vendida a 100 mil Kz.

Com esta iniciativa, o fundo de investimento imobiliário, Económico Atlântico Fund, tem como proposta captar capital junto de investidores na ordem dos 25 mil milhões Kz. Os investidores que subscreverem pelo menos uma unidade de participação entram no fundo que gere imóveis que estão na carteira de investimentos do fundo, revela uma fonte do sector que pede para não ser identificada.

De acordo com o site do fundo, estão sobre a sua gestão os seguintes empreendimentos: Loanda Tower, Torres oceano, a Torre Escom, Rosa Linda, Edifício Victória e Aquavile. Parte destes empreendimentos estão arrendados e parte que o investidor terá direito é a uma fracção do rendimento que estes imóveis podem gerar tanto em vendas quanto em arrendamento.

O fundo compromete-se a pagar rendimentos aos investidores, com um rendimento a ser acordado

entre as partes na fase de compra do referido activo que de acordo com o Económico está a ser comercializado apenas no balcão do banco que detém a maioria do seu capital.

O Económico Fundos de Investimento - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, SA é uma sociedade gestora de fundos, constituída nos termos da lei angolana e supervisionada pela Comissão do Mercado de Capitais. O Banco Económico é accionista maioritário e detém 63% do capital social, a gestora de fundos de investimento portuguesa GNB detém 35% do capital social e os restantes 2% do seu capital pertence a accionistas privados.

O lançamento deste fundo ocorre numa altura em que o BNA deu mais algum tempo ao ex- BESA para que os seus accionistas façam um aumento de capital para garantir a continuidade de operações do banco. A Sonangol reforçou o capital no Banco para 70,38%, após a herança da participação da Lektron. As restantes participações pertencem ao grupo Geni do general Dino e ao português Novo Banco, que tem os restantes 9,72%.

6.8 Habitação

Jornal de Angola
20 De Novembro de 2020
Texto: Mateus Cavumbo

Sobre este segmento está previsto a construção de infra-estruturas externas da Centralidade da Quilemba (Lubango) e a construção de 140 apartamentos e respectivas infra-estruturas internas na cidade de Cabinda. Os dois programas vão consumir uma verba de 5,4 mil milhões de kwanzas, sendo o primeiro 3,881 e o segundo 1,56 mil milhões de kwanzas, respectivamente.

Em 2020, estava inscrito como prioridade no OGE, a construção de infra-estruturas urbanas para 10 mil fogos habitacionais na cidade do Kilamba e a construção de 140 apartamentos e as suas respectivas infra-estruturas em Cabinda. O primeiro gastou-se 5,834 mil milhões e o segundo 2, 20 mil milhões de kwanzas.

6.9 FFH `esconde `valor das dívidas dos moradores das casas

Jornal de Angola
30 De Novembro de 2020

O valor da dívida dos moradores das centralidades construídas no País continua no segredo dos deuses. Apesar das várias tentativas feitas pelo Expansão junto do Fundo de Fomento Habitacional, não foi possível apurar o montante em falta, mas sabe-se que mais de metade dos beneficiários têm dívidas, sobretudo nas centralidades comercializadas antes de 2019

O Expansão apurou que os funcionários públicos representam parte considerável do incumprimento no pagamento das casas das centralidades. "A maioria das habitações pertence aos funcionários públicos, que têm sido contemplados pelas suas instituições. Sem medo de errar, posso afirmar que mais de metade da dívida é destes trabalhadores", revela uma fonte do ministério da tutela ao Expansão. "O problema está na forma de pagamento. A estes funcionários não é debitado directamente nos salários o valor da prestação mensal. É com base numa instrução que dão ao banco e a relação entre o fundo e o banco não tem funcionado como deveria", concluiu. No entanto, de acordo com a instituição afecta ao Ministério da Construção e Ordenamento do Território, os beneficiários que registem atrasos no pagamento das suas prestações, por se encontrarem em dificuldades, podem optar pelo diálogo para uma resolução amigável da situação. Caso contrário, serão "acionados os mecanismos sancionatórios previstos nos contratos e legislação aplicável". Recentemente, o Executivo alargou para 30 anos o tempo máximo de pagamento destes imóveis, independentemente da idade do beneficiário, contrariamente ao que acontecia até então.

No entanto, fonte do sector imobiliário considera que o incumprimento no pagamento das habitações das centralidades resulta do Estado estar a praticar o regime de renda resolúvel, que deveria ser uma opção para os agentes privados. "O Estado não deveria vender imóveis no regime de renda resolúvel, porque dificilmente recupera o investimento feito que muitas vezes é obtido através de endividamento externo.

O Estado deveria apostar na infraestruturização de terrenos. Este regime de renda resolúvel deveria ser praticado pelas imobiliárias e os cidadãos teriam que recorrer a um em- préstimo bancário para aquisição das suas habitações", disse.

Nova centralidade do Huambo vai receber 28 mil famílias

"Cerca de 28 mil famílias vão habitar a nova urbanização inaugurada no âmbito dos 45 anos de independência nacional. O empreendimento começa a ser habitado antes do final do ano e a prioridade vai para a função pública. A centralidade da Caála, baptizada com o nome de "Fernando Faustino Muteka", na província do Huambo, conta com 4 mil habitações, das metades serão atribuídas aos funcionários públicos (30%) e os jovens (20%). Os restantes 2 mil imóveis serão repartidos em 15% para o público em geral, 5% para as empresas públicas e privadas, 10% como reserva de emergência do Estado, 5% serão destinadas aos antigos combatentes e 5% para os deficientes físicos. Uma fonte do Ministério da Construção e Ordenamento do Território garante que a medida vem definida no novo Regime de Acesso às Habitações Construídas com Fundos Públicos, aprovado pelo decreto Presidencial 278/20, de 26 de Outubro, que estabelece as novas regras de direito dos cidadãos a habitação que integra o património imobiliário do Estado. Inaugurada recentemente, pela ministra de Estado para o Sector Social, Carolina Cerqueira, a centralidade "Fernando Faustino Muteka", um projecto desenvolvido pela imobiliária KORA Angola, conta com 4001 unidades habitacionais, 240 espaços comerciais e infra-estruturas totalmente equipadas. A Ministra reconheceu entre os inúmeros desafios do governo que a habitação é um direito de todos e a nova centralidade é o resultado das políticas públicas que visam a melhoria das condições de vida da população

No entanto, fonte do sector imobiliário considera que o incumprimento no pagamento das habitações das centralidades resulta do Estado estar a praticar o regime de renda resolúvel, que deveria ser uma opção para os agentes privados. "O Estado não deveria vender imóveis no regime de renda resolúvel, porque dificilmente recupera o investimento feito que muitas vezes é obtido através de endividamento externo. O Estado deveria apostar na infraestruturização de terrenos. Este regime de renda resolúvel deveria ser praticado pelas imobiliárias e os cidadãos teriam que recorrer a um em- préstimo bancário para aquisição das suas habitações", disse.

Nova centralidade do Huambo vai receber 28 mil famílias

"Cerca de 28 mil famílias vão habitar a nova urbanização inaugurada no âmbito dos 45 anos de independência nacional. O empreendimento começa a ser habitado antes do final do ano e a prioridade vai para a função pública. A centralidade da Caála, baptizada com o nome de "Fernando Faustino Muteka", na província do Huambo, conta com 4 mil habitações, das metades serão atribuídas aos funcionários públicos (30%) e os jovens (20%). Os restantes 2 mil imóveis serão repartidos em 15% para o público em geral, 5% para as empresas públicas e privadas, 10% como reserva de emergência do Estado, 5% serão destinadas aos antigos combatentes e 5% para os deficientes físicos. Uma fonte do Ministério da Construção e Ordenamento do Território garante que a medida vem definida no novo Regime de Acesso às Habitações Construídas com Fundos Públicos, aprovado pelo decreto Presidencial 278/20, de 26 de Outubro, que estabelece as novas regras de direito dos cidadãos a habitação que integra o património imobiliário do Estado. Inaugurada recentemente, pela ministra de Estado para o Sector Social, Carolina Cerqueira, a centralidade "Fernando Faustino Muteka", um projecto desenvolvido pela imobiliária KORA Angola, conta com 4001 unidades habitacionais, 240 espaços comerciais e infra-estruturas totalmente equipadas. A Ministra reconheceu entre os inúmeros desafios do governo que a habitação é um direito de todos e a nova centralidade é o resultado das políticas públicas que visam a melhoria das condições de vida da população

No entanto, fonte do sector imobiliário considera que o incumprimento no pagamento das habitações das centralidades resulta do Estado estar a praticar o regime de renda resolúvel, que deveria ser uma opção para os agentes privados. "O Estado não deveria vender imóveis no regime de renda resolúvel, porque dificilmente recupera o investimento feito que muitas vezes é obtido através de endividamento externo. O Estado deveria apostar na infraestruturização de terrenos. Este regime de renda resolúvel deveria ser praticado pelas imobiliárias e os cidadãos teriam que recorrer a um em- préstimo bancário para aquisição das suas habitações", disse.

Nova centralidade do Huambo vai receber 28 mil famílias

"Cerca de 28 mil famílias vão habitar a nova urbanização inaugurada no âmbito dos 45 anos de independência nacional. O empreendimento começa a ser habitado antes do final do ano e a prioridade vai para a função pública. A centralidade da Caála, baptizada com o nome de "Fernando Faustino Muteka", na província do Huambo, conta com 4 mil habitações, das metades serão atribuídas aos

funcionários públicos (30%) e os jovens (20%). Os restantes 2 mil imóveis serão repartidos em 15% para o público em geral, 5% para as empresas públicas e privadas, 10% como reserva de emergência do Estado, 5% serão destinadas aos antigos combatentes e 5% para os deficientes físicos. Uma fonte do Ministério da Construção e Ordenamento do Território garante que a medida vem definida no novo Regime de Acesso às Habitações Construídas com Fundos Públicos, aprovado pelo decreto Presidencial 278/20, de 26 de Outubro, que estabelece as novas regras de direito dos cidadãos a habitação que integra o património imobiliário do Estado. Inaugurada recentemente, pela ministra de Estado para o Sector Social, Carolina Cerqueira, a centralidade "Fernando Faustino Muteka", um projecto desenvolvido pela imobiliária KORA Angola, conta com 4001 unidades habitacionais, 240 espaços comerciais e infra-estruturas totalmente equipadas. A Ministra reconheceu entre os inúmeros desafios do governo que a habitação é um direito de todos e a nova centralidade é o resultado das políticas públicas que visam a melhoria das condições de vida da população.

7. TERRA

7.1 Administrador não confirma privatização

Novo Jornal

20 De Novembro de 2020

Texto: Hélder Caculo

Contactado pelo Novo Jornal, o administrador de Viana, Fernando Eduardo Manuel, disse que não recebeu, até ao momento, orientação para entregar a gestão do Mercado do KM 30 à empresária Cidália Cambinda.

"A administração continua a fazer a gestão do espaço. Nada chegou ao meu conhecimento. Não tenho qualquer informação sobre o assunto", disse Francisco Manuel.

O responsável garantiu, entretanto, que, caso haja alguma orientação superior para a entrega do espaço, deverá ser efectivada.

Fernando Eduardo Manuel é administrador municipal de Viana desde Junho de 2019, tendo substituído André Soma, que administrou o município entre 2017 e 2019. Actualmente, Viana é um dos municípios mais populosos do País, com mais de um milhão e 600 mil habitantes.

7.2 Briga Privatização do Mercado do KM 30 volta a gerar conflitos

Novo Jornal

20 De Novembro de 2020

Texto: Hélder Caculo

o Governo provincial de Luanda (GPL)deverá entregar, oficialmente, a gestão do Mercado do KM30 à empresária Cidália de Matos Baptista Cambinda, proprietária do espaço, que há 12anos se viu impedida, pela Administração Municipal de Viana, de gerir ou beneficiar das receitas arrecadadas junto dos comerciantes.

Localizado no município de Viana, o Trinta é um dos maiores mercados a céu aberto da capital do país, controla pelo menos 7.500 vendedores e tem uma facturação diária de três milhões de kwanzas e mensal de 90 milhões.

"A experiência acumulada ao longo dos anos aconselha a entrega da gestão dos mercados a

entidades privadas", confidenciou ao Novo Jornal uma fonte do GPL, avançando que Cidália cambinda assume a gestão do referido mercado em Janeiro de 2021.

Ouvida pelo NJ, a empresária, que desde 2006 vem disputando a titularidade do espaço onde está instalado o mercado, denunciou estar à ser perseguida por elementos desconhecidos.

"Na semana passada, dispararam três tiros contra uma das minhas viaturas. Já comunicámos o sucedido à Polícia Nacional. Sendo um mercado rentável, várias figuras influentes estão por detrás deste recinto", argumentou.

Cidália Cambinda, contou, é proprietária do espaço construído há 14anos, mas foi "forçada a abandoná-lo pelo ex-administrador de Viana, Zeca Moreno", por razões que ela própria desconhece.

O Mercado do KM30 surgiu após um outro, instalado na Estalagem, de que também foi proprietária Cidália Cambinda, ter sido encerrado em 2004, sob ordens do GPL, em virtude de se situar numa zona que dificultava o tráfego rodoviário e provocava vários acidentes, na via Luanda-Viana.

Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda chegou a instaurar um processo contra o Estado (especificamente contra a Administração Municipal de Viana) e contra José Manuel Moreno Mendes Fernandes "Zeca Moreno", antigo administrador municipal. Asentença chegou em forma de um acórdão favorável à autora da queixa, mas a Administração de Viana não recuou na sua decisão de gerir o mercado.

Face à resistência daquela administração, na altura liderada por Zeca Moreno, no dia 21 de Outubro de 2017, o ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou ao ex-governador de Luanda, Francisco Higinio Carneiro, a entrega do espaço.

"Nos termos da Lein." 02, de 14 de Janeiro, Lei sobre Impugnação dos Actos Administrativos, informamos que recebemos a reclamação da senhora Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda, subscrita pelos seus representantes legais, através da qual vem requerer a legalização do terreno onde hoje se encontra a funcionar a praça do Km 30, com isenção dos pagamentos e taxas referentes ao processo", lia-se num documento assinado por José Eduardo dos Santos. Mas, a entrega do espaço não chegou a efectivar-se.

Meses depois, Adriano Mendes de Carvalho, que substituiu Higinio Carneiro na governação de Luanda, escreveu à Administração Municipal de Viana, através

do ofício n.º 705/GGPL/2017, orientando a entrega do mercado à antiga proprietária.

"Na sequência da decisão judicial emanada pelo Tribunal provincial de Luanda Sala do Civile Administrativo, 1ª Secção, a 26 de Junho de 2017, em relação à situação jurídica que envolve a Administração de Viana e a cidadã Cidália de Matos Baptista de Sousa cambinda, que reivindica a prestação de contas e outras questões aflorada em juizes", dizia a carta do ex-governador, datada a 23 de Outubro de 2017. Todavia, a proprietária do espaço continua a reclamar do mesmo.

A empresária diz que a direcção do Mercado do KM30 não pode gastar os mais de 52 mil dólares doados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Reino Unido, para a implementação das medidas de biossegurança no mercado e a criação das condições materiais necessárias para o funcionamento seguro dos mesmos. "Enquanto existe litígio entre a Administração Municipal de Viana e a empresária Cidália Cambinda, não se podem utilizar estes valores, até que seja resolvido o problema", reforçou uma fonte do Tribunal Provincial de Luanda.

O PNUD e a Embaixada Britânica em Angola assinaram um acordo de contribuição financeira para um projecto de apoio ao funcionamento seguro dos mercados locais.

7.3 EGTI Legaliza terra para empreender

Jornal de Angola
20 De Novembro de 2020
Texto: Alexa Sonhi

Os donos dos empreendimentos demolidos na Centralidade do Sequele, Luanda, nas ruas quatro e nove, recebem, até ao dia 20 de Dezembro, terrenos na mesma área devidamente talhados e cedidos pela Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI).

O presidente do Conselho de Administração da EGTI, Pedro Ivo Cristóvão, anunciou numa conferência de imprensa realizada ontem, em Luanda, que estão a ser retirados os escombros das demolições, após o que a área é nivelada e talhada para, de forma organizada, ser entregue aos empresários, a fim de darem seguimento aos negócios.

Pedro Ivo Cristóvão frisou que este foi "o meio termo" encontrado pela EGTI para minimizar as perdas que empreendedores tiveram em resultado das demolições que ocorreram em finais do mês de Outubro.

O responsável da EGTI explicou que o objectivo das demolições na Centralidade do Sequele é exactamente o de reorganizar o mosaico estrutural da zona de extensão daquele projecto urbanístico, preservando a verdadeira imagem de cidade.

Segundo Pedro Ivo Cristóvão, há, na EGTI, a noção de que a Centralidade do Sequele está muito distante do centro da cidade e tem poucos serviços sociais, bem como o reconhecimento de que os empreendimentos demolidos fazem falta aos moradores da referida urbanização.

Neste contexto, prosseguiu o líder da EGTI, está-se a trabalhar de forma acelerada para que, dentro do prazo estabelecido, os empreendedores possam devolver aos moradores todos os serviços perdidos com as demolições que apesar de tudo eram mesmo necessários.

O responsável salientou que, enquanto durar a limpeza e organização dos espaços, os empreendedores que viram os estabelecimentos demolidos devem começar a negociar com a EGTI para comprarem os terrenos de forma legal, para prosseguirem os negócios e manterem os postos de trabalho.

Questionado sobre os preços dos terrenos, Pedro Ivo Cristóvão afirmou que serão acessíveis que os empreendedores vão pagar de forma faseada, para permitir que, além do pagamento, possam erguer os seus negócios.

Reafirmou que a empresa não vai indemnizar de forma financeira os empreendedores que viram as suas infra-estruturas demolidas, porque, de antemão, sabiam que as construções tinham de ser provisórias, além de que foram avisados para retirar os pertences com 15 dias de antecedência.

Casebres atrás do Kero

Em relação aos casebres demolidos por trás do supermercado Kero, no denominado bairro "Bênção de Deus", Pedro Ivo Cristóvão considerou que era impossível que continuassem implantados de forma tão desordenada.

De acordo com o presidente do Conselho de Administração, aquelas construções desrespeitavam o mosaico urbanístico da Centralidade, pelo que foram destruídas, dando lugar à infra-estruturação da zona, mas com base na capacidade de aquisição de terrenos por parte da população.

Pedro Ivo Cristóvão declarou que, ao construir-se novas infra-estruturas na zona próxima ao Kero, se vai respeitar o Santurmo dos Embondeiros, porque faz parte da identidade cultural do país.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Amontoados de lixo “aprisionam” ruas do Cazenga

Jornal Manchete

14 De Novembro de 2019

Texto: Mário Cassanda

Segundo apurou o Manchete, ruas como dos Kwanzas (7ª Avenida), Ngola Kiluanje, dos Comandos, entre outros, notam-se há uma semana, amontoados de resíduos com os contentores sobrelotados, por falta de recolha dos mesmos.

Por exemplo, na Rua Nngola Kiluanje, zona dos armazéns do Hoji-ya-Henda, ao Arreio, o lixo está a transbordar na estrada, estando a criar dificuldades à circulação automóvel.

Para minimizar a situação a acumulação de lixo, os comerciantes dos armazéns têm contratado empresas particulares para fazerem a recolha. "Mesmo assim a intervenção não tem sido eficaz por falta de meios adequados", garantiram os mesmos ao Manchete.

Há uma semana de paralisação, os trabalhadores da Elisal dizem que além dos salários serem baixos ainda existem constantes atrasos, falta de seguro de saúde, numa actividade com elevados riscos à saúde humana.

Outra reclamação dos trabalhadores prende-se com o facto de muitos trabalhadores, em idade de reforma, não usufruírem de aposentadoria por não estarem inscritos na segurança social. Falando à imprensa, o secretário para a área da comissão sindical da Elisal, Moisés Sebastião, disse que na empresa falta tudo, existem várias irregularidades nas condições de trabalho, salários baixos e pagos com atraso, bem como a falta de inscrição na segurança social.

O chefe de departamento de comunicação institucional da Elisal, Pedro Feica Nunes, reconhece existir insuficiências de meios de trabalho para atender o município do Cazenga, onde prestam o maior serviço de limpeza e saneamento.

Disse igualmente que o atraso salarial que verifica-se desde Outubro, pelo que não se justifica a greve levantada pelos trabalhadores, alegando violação do acordo em que os ordenados devem ser pagos no dia 31 de cada mês.

A vice-governadora de Luanda para a Área Técnica e Infra-estruturas, Elizabeth Matos, disse que os salários estão a ser revistos e neste momento estão a

ser processados, mas dependem do Ministério das Finanças para homologação das ordens de saque.

Segundo a responsável, o objectivo é reverter o quadro, porque a Elisal tem mil e 600 funcionários, 500 para a varredura e recolha de lixo, sendo os restantes administrativos, situação inconcebível para uma empresa onde o objecto social é a limpeza.

8.2 Luanda Famílias disputam contentores de lixo para sobre viver

Novo Jornal

20 De Novembro de 2020

Texto: Teresa Fukiady

Logo às primeiras horas do dia, Fátima, de 10 anos, e o irmão, Desejo, de oito, caminham pelas ruas da Centralidade do Kilamba, em Luanda. Ela carrega consigo uma sacola plástica de cor preta para colocar o que conseguir 'angariar' do contentor de lixo e de moradores, para levar para casa e partilhar com mais cinco pessoas. É a segunda de quatro irmãos. Os seus pais não trabalham. "Bita Tanque" é o bairro onde a pequena Fátima e a família residem, uma localidade "despida" de energia eléctrica, de água potável, de jardins, onde as casas são, na maioria, casebres, realidade que contrasta com a vizinha Centralidade do Kilamba - cidade nova, com prédios, escolas, hospitais, água e energia eléctrica.

"Viemos aqui porque temos fome e estamos à procura de comida", revela Fátima à nossa reportagem. Nesse dia, teve a sorte de, logo pela manhã, receber um pedaço de pão de uma moradora.

Por falta de condições financeiras dos pais, Fátima e Desejo estão entre milhares de crianças angolanas fora do sistema de ensino e que dependem de doações para sobreviver. Desde Abril, os dois irmãos percorrem diariamente pelos mais de 100 prédios, à procura de comida.

Para além de se verificar nas ruas da cidade de Luanda, nas portas de restaurantes, de supermercados e nas bombas de combustíveis, o fenómeno ganha "força" nas novas centralidades.

No Sequele, por exemplo, encontramos o adolescente José, de 13 anos, que, em troca de um prato de comida, deita o lixo produzido por alguns apartamentos. Diariamente, chega às 7 horas e só regressa quando o sol se 'despede' do dia. José conta que chega a arrecadar, por dia, mil kwanzas, valor este que costuma a canalizar para a compra de alimentos para casa, onde vive com a mãe e seis

irmãos. Frequentaria a 5.^a classe, se a sombra da escola não fosse substituída por horas debaixo do sol, realidade que o coloca muito distante do seu sonho de ser bombeiro. Órfão de pai, José, que também é engraxador, faz biscates e revela que a mãe se dedica a apanhar plásticos para revender.

Fátima, Desejo e José fazem parte dos 73% das crianças angolanas que não têm acesso à educação, à saúde e à protecção social, de acordo com um relatório do Instituto Nacional de Estatística(INE) sobre pobreza infantil em Angola.

O Índice Global da Fome (IGF2020) refere que Angola é um dos 40 países onde a situação da fome é considerada "grave". No País, três em cada 10 pessoas passam fome, e pelo menos 46 morrem diariamente por desnutrição, grande parte associada à carência alimentar, num país onde quase metade da população vive abaixo da linha da pobreza (com menos de 500 Kz/dia).

A procura por alimentos leva à mendicidade pelas artérias das cidades crianças e adultos que, faça chuva ou sol abrasador, deambulam a pedir esmolas e a vasculhar lixeiras e contentores de lixo em busca de restos de comida para aldrabar e calar as lombriças que «choram» no estômago. O fenómeno agudizou-se com o surgimento do novo coronavírus.

Segundo a organização não-governamental Save The Children e a UNICEF, as consequências económicas da Covid-19 podem levar pelo menos 86 milhões de crianças a mais à pobreza até final do ano. Quase dois terços dessas crianças vivem na região da África subsariana (onde Angola está incluída) e no Sul da Ásia.

Antigamente, pessoas vistas a revirar contentores de lixo eram consideradas doentes mentais. Actualmente, a fome e a penúria, agravadas pelo elevado custo de vida nos últimos tempos, levam a que várias famílias tenham os contentores de lixo como fontes de alimentação e de sustento. Para além da comida, alguns procuram por objectos de metal ou de plásticos recicláveis para a venda. Por cada quilo de metal, por exemplo, recebem 30 kwanzas.

Desde o ano passado, após a morte do marido, Luísa Ngonga, moradora do Golfe 2, passou a ser sustentada pelo lixo, anda com o filho de sete anos, que a ajuda a vasculhar os resíduos dentro do contentor. Para além de plásticos e metais, quando aparece algum alimento, embora fora do prazo, a mãe leva para a casa para partilhar com o resto da família.

"A vida está muito difícil. A nossa vida é essa, andar decontentor a contentor. Caso contrário, lá em casa o fogareiro não acende e as crianças não comem", conta, ao explicar que o marido morreu no ano passado e isso aumentou ainda mais o sofrimento.

Nalguns pontos da capital, Luanda, há famílias a ocuparem contentores de lixo. No Kilamba, por exemplo, a reportagem do NJ flagrou uma família que se intitulava proprietária de um contentor de lixo. Enquanto aguardam pelo final do dia para recolher o que lá foi depositado, a família acolhe-se debaixo de uma sombra improvisada, sentada em cadeiras de plástico, a vigiar atentamente, para que ninguém mais se apodere do seu lixo.

No aterro sanitário dos Mulenvos, em Viana, algumas famílias reaproveitam os alimentos deteriorados ou fora de prazo, deitados para a alimentação, e outros até para a comercialização.

O sociólogo e docente universitário Carlos Conceição considera o fenómeno pobreza urbana "preocupante", pois mostra a desorganização do Estado no que diz respeito às políticas sociais voltadas particularmente para as famílias mais vulneráveis. O especialista defende ser necessário que o Governo re programe as verbas do aGE cabimentadas para os sectores mais vulneráveis da sociedade e, desta forma, ajudar as famílias completamente pobres e que estejam abaixo da linha da pobreza.

"O Executivo, de há um tempo a esta parte, pouco tem feito para reverter essa situação. Estamos diante da pobreza urbana, e isso não é prestigiante para um país que se quer situar no contexto das grandes nações", frisa.

Defende que se devem criar políticas de protecção social que visam salvaguardar as estruturas da sociedade e valorizar os grupos mais vulneráveis, porque, com o elevado custo de vida, as desigualdades sociais vão ser mais acentuadas, podendo propiciar outros fenómenos como a delinquência, uso excessivo de bebidas alcoólicas e drogas, prostituição, comportamentos anti-sociais, que, segundo o especialista, não ajudam em nada na imagem do País.

8.3 Subsector de Águas

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2020

Texto: Mateus Cavumbo

Este segundo tem como prioridade a expansão do abastecimento de água nas áreas urbanas, município sede e áreas rurais com um orçamento proposto de 114, 837 mil milhões de kwanzas. Além disso, vai se construir o Sistema 4 (ETA BITA) de distribuição de Luanda (19,503 mil milhões de kwanzas), apostar-se na continuidade do programa "Água para Todos" (7,442 mil milhões de kwanzas) e no estudo e construção do Sistema de Água Nacional (PDISA) com o apoio do Banco Mundial, cujo montante orçamentado é de 4,23 mil milhões de kwanzas.

Há um outro programa de ampliação do sistema de abastecimento de Água Nacional com o apoio institucional do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Para o desenvolvimento e consolidação do Subsector das Águas, o Governo prevê alocar 3, 287 mil milhões de kwanzas e 1,576 mil milhões para o apoio à carteira de projectos do Sector de Energia e Águas.

8.4 Energia e Águas tem mais 171,8 mil milhões de kwanzas do OGE/2021

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2020

Texto: Mateus Cavumbo

Os cinco principais projectos do sector da Energia e Águas, inscritos na proposta orçamental para 2021, vão consumir 390,8 mil milhões de kwanzas, contra os 562,6 mil milhões de 2020, assinalando uma redução na dotação de 171,8 mil milhões de kwanzas.

Cálculos feitos pelo Jornal de Angola indicam que o Ministério da Energia e Águas (MINEA) supera as Obras Públicas e Ordenamento do Território que tem uma verba de 162 mil milhões de kwanzas nos principais projectos em execução para o próximo ano e o subsector das águas com 209,2 mil milhões de kwanzas.

Juntando as verbas dos dois sectores (Energia e Águas e as Obras Públicas e Ordenamento do Território) na proposta para 2021 dão um somatório de 552,8 mil milhões de kwanzas.

O diferencial entre 2020 e 2021 é de 28, 7 mil milhões de kwanzas, estando o MINEA com 581,5

mil milhões e Obras Públicas e Ordenamento do Território com 552,8 mil milhões de kwanzas.

No OGE Revisto de 2020 no colosso da rubrica unidades orçamentada, o MINEA recebeu de 360,743 mil milhões e as obras públicas 86,284 mil milhões de kwanzas.

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) 265,256 mil milhões e o Ministério dos Transportes 255,443 mil milhões de kwanzas.

Um dos grandes programas do MINEA é a Consolidação e Optimização do Sector Eléctrico que é contemplada na proposta do OGE 2021, em discussão na Assembleia Nacional, com a verba de 251,903 mil milhões de kwanzas, contra 251,138 de 2020, um diferencial de 765 milhões de kwanzas. As obras de construção do Aproveitamento Hidroeléctrico (AHE) de Laúca e Sistema de Transporte associado constam como o segundo maior de vulto no OGE 2021 com 87,6 mil milhões de kwanzas, mais acima de 74,1 mil milhões de kwanzas de 2020.

A construção do AHE de Caculo Cabaça é o terceiro maior com uma dotação de 30 mil milhões de kwanzas, mais baixo de 149,4 mil milhões de 2020. Na proposta de OGE 2021 constam igualmente como prioritário a instalação de uma central solar fotovoltaica de Biópio (Benguela) no valor de 21,3 mil milhões de kwanzas.

Ainda existem a construção de LT 220 Kv Lubango ao Namibe e respectivas subestações no valor de 5,884 mil milhões e a instalação de Central Térmica Luanda/Camama com 9,934 mil milhões de kwanzas e ainda a instalação térmica Luanda - Cazenga com 7,058 mil milhões de kwanzas.

Além disso, consta a instalação da Central do Ciclo Combinado do Soyo, Sistema de Transporte Associado de 6,132 mil milhões de kwanza.

8.5 Limpemza e saneamento de Luanda vão custar mais de oito mil milhões Kz em 2021

Novo Jornal

27 De Novembro de 2020

Texto: Teresa Fukiady

A governadora provincial de Luanda, Joana Lina, pode receber, de acordo com a proposta preliminar do OGE para 2021, uma dotação orçamental de mais de 8,3 mil milhões de kwanzas para assegurar a

limpeza e saneamento da capital do País. O valor, segundo cálculos feitos pelo Novo Jornal, é 19 vezes superior aos 427,5 milhões Kz cabimentados na mesma rubrica no OGE vigente.

O valor atribuído à limpeza e ao saneamento da província vem descrito na rubrica "Melhoria do Saneamento Básico de Luanda", cuja dotação global prevista é de 9,5 mil milhões de kwanzas. Deste valor, 870 milhões Kz deverão servir para a aquisição de equipamentos pesados para a limpeza urbana do município de Luanda, mais de 234,9 milhões Kz para o desassoreamento de colectores e de valas, bem como a manutenção das valas de drenagem e mais de 73 milhões Kz para a reabilitação de duas bacias de retenção para o escoamento de águas residuais do município do Cazenga.

Segundo dados do Governo provincial de Luanda (GPL), o custo mensal com o sistema de recolha de lixo está avaliado em mais de nove mil milhões de kwanzas, sendo que a província produz, diariamente, mais de seis mil toneladas de resíduos sólidos. Com mais de sete milhões de habitantes, Luanda dispõe de seis operadoras de limpeza, distribuídas nos diferentes municípios.

Após o insucesso de vários modelos de recolha de lixo, em Dezembro de 2018, durante uma reunião do Conselho de Ministros, foi aprovado um novo Modelo de Limpeza Pública e Gestão de Resíduos Sólidos para a capital do país, cuja entrada em vigor estava prevista para o primeiro trimestre de 2019, mas foi adiada por decisão do GPL, após "mexidas" na liderança da província.

Entre as novidades do novo modelo de recolha de lixo, que devia substituir o actual Plano de Limpeza Urbana de Luanda [em vigor desde 2016], está a recolha porta-a-porta em horários pre estabelecidos, a repartição das responsabilidades entre o Estado, operadoras e utentes e a diferenciação do serviço de limpeza em função da caracterização urbana de cada município.

Reduzir a participação do Estado nos encargos financeiros com limpeza pública é outro propósito que justificou a criação do novo modelo.

Cálculos deste semanário, já publicados em edições anteriores, estimam que a implementação do novo modelo de recolha de lixo poderá reduzir pela metade o custo mensal do sistema de resíduos, actualmente avaliado em 30 milhões de dólares (cerca de 9,2 mil milhões de kwanzas).

De acordo com o plano estratégico definido pelo GPL- consultado por este NJ, o novo modelo prevê

adoptar dois sistemas de financiamento para os custos com o lixo: o sistema público, correspondente a 70% do volume total de resíduos produzidos na capital, que será financiado pelo Estado - e que visa a recolha dos resíduos produzidos pelos utentes domésticos, o sistema por contratação directa que responderá por outros 30% do total dos resíduos, que será da responsabilidade das grandes superfícies comerciais, mercados formais e informais, parques industriais, portos, aeroportos e de produtores de eventos.

Sem avançar datas para a entrada em vigor do novo sistema de limpeza, uma fonte garantiu a este semanário que o GPL deverá pronunciar-se sobre o assunto nos próximos dias.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 A violência doméstica e a protecção das vítimas

Jornal de Angola
19 De Novembro de 2020

A violência doméstica é um dos nossos grandes problemas, havendo casos graves de violação de direitos de cidadãos nos seus próprios lares.

Há pessoas, homens e mulheres, que são vítimas de violência doméstica, não chegando muitos dos casos aos tribunais por razões diversas. Há o hábito no país de os conflitos familiares serem levados a instâncias informais, como a Organização da Mulher Angolana (OMA), que ganhou fama de resolver muitos problemas que ocorrem em lares.

As pessoas em conflito nos lares entendem que mais rapidamente podem resolver os seus problemas na Organização da Mulher Angolana do que em tribunais, em que têm de constituir advogados, implicando custos que não estão muitas vezes em condições de suportar.

A Organização da Mulher Angolana devia transmitir em obra escrita toda a sua experiência de resolução de conflitos familiares em Angola para que a sociedade civil tivesse dela conhecimento e para que os magistrados judiciais e do Ministério Público pudesse colher subsídios para o seu trabalho complexo e árduo de administração da justiça.

Temos legislação em Angola posta a vigorar para que os casos de violência doméstica diminuíssem significativamente, com molduras penais destinadas por exemplo a dissuadir potenciais agressores da integridade física de outrem, em contexto especificamente definido pela lei da Violência doméstica.

A verdade é que uma lei, por mais perfeita que seja, não resolve, só por si, de um dia para outro, muitos problemas de violência doméstica em todo o país. Importa que haja outras medidas que possam levar a que os nossos lares sejam lugares bons para as famílias mas viverem.

Muita coisa já se fez para a redução dos casos de violência doméstica, mas temos ainda de trabalhar muito para travar situações que põem em perigo vidas humanas no seio das famílias.

É importante que as entidades competentes do Governo, ligadas à área social, continuem a prestar atenção ao fenómeno da violência doméstica para se saber das suas causas e consequências, a fim de se actuar com medidas adequadas.

A luta contra a violência doméstica não é apenas um assunto para os juristas e para o legislador resolverem. É necessário mobilizar também neste processo pessoas de outras áreas do saber para ajudar o Executivo a perceber muitos problemas relacionados com a violência doméstica.

Já há, certamente, muita informação sobre o que realmente se passa no nosso vasto território em relação à violência doméstica. Que haja medidas para que se avance para a protecção efectiva das vítimas de violência doméstica, devendo o Estado assumir maior protagonismo na defesa de pessoas que correm diariamente, nos casos mais extremos, o perigo de perderem a vida.

10. AMBIENTE

10.1 Chuvas inundam mais de 890 casas em Luanda

Novo Jornal

20 De Novembro de 2020

Texto: Teresa Fukiady

Oito centas e noventa e seis residências ficaram inundadas em consequência das chuvas ocorridas nos últimos quatro dias, em vários bairros da província de Luanda, segundo a Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros.

A chuva afectou 4.595 pessoas, pertencentes a 119 famílias. Viana, Talatona, Luanda e Cacucaco foram os municípios mais afectados. O relatório dos Bombeiros revela, igualmente, a inundaçã de um hospital, um centro de saúde e 23 casas de construção precária, parcialmente destruídas nos municípios de Cazenga e Cacucaco

10.2 Vice- PR «medeia» impasse das obras que ameaçam sobrevivência de mangais

Novo Jornal

27 De Novembro de 2020

Texto: Álvaro Victória

O Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, está disponível a «jogar» a sua influência política para a retoma, nos próximos momentos, das obras da imponente ponte sobre a foz do rio M'bridge, no município do N' zeto, construção tida como responsável pela destruição acentuada de mangais e de várias espécies marinhas naquele corredor aquático da província do zaire, apurou o Novo Jornal.

"Há muito que o Vice-Presidente Bornito de Sousa se tem manifestado solidário com as causas da protecção de mangais em todo o País. É com o apoio dele que esperamos que as obras sobre a foz do rio M'bridge retomem e possamos recuperar os mangais destruídos com a construção da ponte", avançou um dos integrantes da direcção do projecto otchiva, uma ONG de direito angolano que se tem dedicado à reestruturação de mangais ao longo da costa angolana.

Informou que, ainda esta semana, a direcção da instituição que persegue causas ambientais manteve encontro com o Vice-PR, durante o qual transmitiu o resultado dos trabalhos técnicos efectuados durante a

recente visita de uma equipa multidisciplinar aos mangais do litoral do Zaire.

A visita contou, entre outras figuras, com a presença do governador da província do Zaire e do embaixador da Bélgica em Angola, uma das instituições que têm financiado as acções de defesa ambiental levadas a cabo pelo grupo otchiva.

Segundo apurou o NJ, os resultados do trabalho de campo efectuado por uma equipa multidisciplinar serão anunciados oficialmente, a meio da próxima semana, numa cerimónia a decorrer na sede da Embaixada da Bélgica em Angola.

Liderada pelo projecto Otchiva, a equipa composta por geólogos, biólogos, cartógrafos, engenheiros químicos, civis e florestais concluiu que a construção do trecho de 700 metros, que suporta a ponte na Estrada Nacional (EN) nº 100, teve impacto forte sobre a destruição de uma vasta área de mangais e de variadas espécies marinhas no município do N' zeto.

"Diante do trabalho de constatação e avaliação ambiental efectuado na região onde ocorrem os mangais na foz do rio M'bridge, a equipa técnica foi unânime nas suas avaliações e abordagens, e, diante dessa problemática ambiental, chegou-se à conclusão de que a existência de uma obra inacabada, de carácter civil - a ponte sobre a foz do rio M'bridge -, constituiu no principal agente causador desse impacto", lê-se numa nota da ONG otchiva, a qual o Novo Jornal teve acesso.

"As soluções passam no sentido de se viabilizar a retomada urgente das obras, desassorear toda a região, de modo que a circulação hídrica volte ao normal gradualmente e que, no futuro, o mangal volte a estabelecer-se de forma natural ou por restauração", observo, no documento, Fernanda Renée, mentora do projecto otchiva.

Para o engenheiro Angelino Quissonde, a situação imposta pelas obras sobre a foz do rio M'bridge, no N' zeto, produziu uma alteração em todo o ciclo geológico dentro da planície de inundaçã que permitia a troca hídrica das águas doces e salgadas. "O problema é grave, porque afecta toda a biodiversidade da região", alerta, citado no comunicado da otchiva, o engenheiro civil, que integrou o grupo multidisciplinar que trabalhou recentemente no litoral da província do Zaire .

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

relacionados à Covid-19, como máscaras faciais, disse Liu Xuezhi.

13.1 Exportações da China crescem ao ritmo mais alto de 19 meses

Jornal de Angola
8 De Novembro de 2020

Exportações da China estão a resistir à pandemia de Covid-19, uma vez que a procura por produtos médicos e a capacidade de produção reduzida noutros países beneficiaram a indústria chinesa.

Segundo a agência de notícias Reuters, podem ficar sob pressão nos próximos meses, à medida que as principais economias europeias retomam o confinamento.

As exportações da China aumentaram 11,4 por cento em Outubro face ao período homólogo de 2019, superando as expectativas dos analistas, que previam um aumento de 9,3 por cento. Segundo a Reuters, as importações também aumentaram 4,7 por cento no mesmo mês, à medida que a China se recupera da crise gerada pela pandemia da Covid-19.

O aumento de 11,4 por cento registado em Outubro representa o crescimento mais rápido em 19 meses da segunda maior economia do mundo, aumentando o saldo positivo comercial chinês para os 58,4 mil milhões de dólares.

As exportações da China permaneceram amplamente resilientes a meio da pandemia global da Covid-19, uma vez que a forte procura por produtos médicos e a capacidade de produção reduzida noutros países beneficiaram a indústria.

Liu Xuezhi, analista do Banco de Comunicações em Xangai, disse que “o crescimento das exportações acelerou, ainda mais, e excedeu significativamente as expectativas, indicando um momento relativamente forte”.

As exportações chinesas podem permanecer fortes no resto deste ano, à medida que as empresas domésticas retomem a produção mais rápido do que os rivais globais e vendam mais produtos